

Vida Contemporânea

REVISTA MENSAL

DIRECTOR: CUNHA LEAL

SUMÁRIO

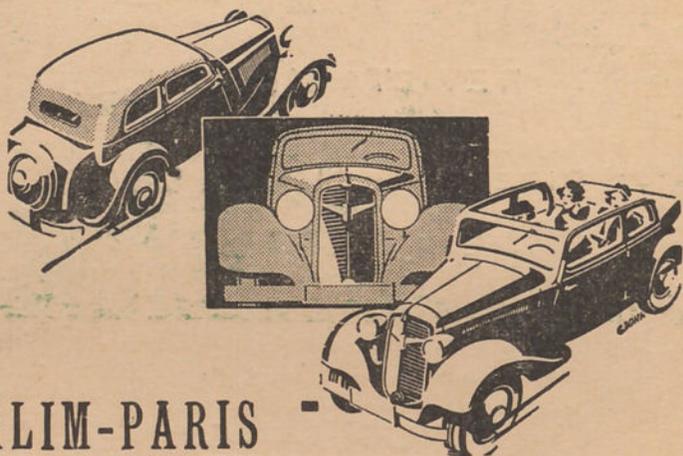
Turvam-se os ares.

- VIDA CULTURAL: Pedagogicamente falando — III.* A. Correia de Sousa
- As anormalidades endócrinas e a criminalidade.* Carlos Bana
- Ideias gerais sobre o problema de instrução pública.* Moura Diniz
- VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA: O Congresso dos economistas da língua francesa de 1933.* Cunha Leal
- VIDA COLONIAL: Rovuma.* Prestes Salgueiro
- VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA: Tanagras.* Abel Salazar
- VIDA INTERNACIONAL: A expansão nipónica e o sorvedouro australiano.* Vasco da Gama Fernandes

Noticiário internacional

PREFIRA

ÊSTE CARRO...



BERLIM-PARIS

1095 km. em 17 horas e 5 minutos

Conseguiram esta extraordinária proeza o sr. GUI-
LHERME e a sr.^a LOTTA BAHR num Adler Trumf
Junior cujo preço é de Esc. 25.950\$00

Adler **TRUMPF** **JUNIOR** **Em**
exposição

50 - AV. DA LIBERDADE - 52

Representantes dos Automóveis **ADLER**

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS: R. Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL. — PREÇO 5\$00 —	REDACTOR PRINCIPAL Vasco da Gama Fernandes CHEFE DE REDACÇÃO Álvaro Machado EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO Victor Júdice da Costa ADMINISTRADOR António Casanovas Augustine	COMPOSTO E IMPRESSO NA Imprensa LUCAS & C.ª R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 LISBOA
--	---	--

Turvam-se os ares...

Quando o inverno brumoso resignadamente se preparava para ceder o lugar à primavera risonha e assoalhada, turvaram-se os ares políticos com a denúncia oficial, por parte da Alemanha, das cláusulas militares do Tratado que pôs termo à chacina hedionda de 1914-18. À data em que escrevemos estas palavras, ainda persiste o abalo sofrido pelo mundo civilizado. E, contudo, ninguém ignorava que a Alemanha vinha desrespeitando essas cláusulas, a bem dizer, desde o próprio dia em que, vencida mas não convencida, as aceitara. O rearmamento do *Reich* era objecto de comentários periódicos nos parlamentos dos países directamente interessados e na imprensa de todos os continentes. ¿ Como explicar, nestas condições, a comoção que se seguiu ao restabelecimento da aviação militar e da obrigatoriedade do serviço militar germânico em contravenção do «Diktat» versalhês? Que espécie de mágica influência poderia exercer a transformação de um facto officioso em facto oficial?

Não é difícil deslindar o caso. Especificavam-se no Tratado de paz as sanções a aplicar à grande nação germânica, se não efectuasse o pagamento das reparações, e, embora houvesse omissão no tocante ao procedimento a



haver contra ela, se se atrevesse a violar os compromissos assumidos em matéria de armamentos, é lógico admitir a generalização a esta segunda hipótese das cláusulas cominatórias estabelecidas expressamente para a primeira. Por isso a Alemanha aguardou, para reduzir a frangalhos o Pacto de Versailles, o momento em que, pela violação mal disfarçada dêle, se encontrava já suficientemente rearmada para que uma operação de castigo, por parte dos seus adversários de 1914-18, houvesse de transformar-se em verdadeira guerra.

Ora a Alemanha oligárquica sabe, de ciência certa, que na França e Inglaterra democráticas a opinião pública, contra a qual nada podem os Governos, jamais consentiria que partisse delas a iniciativa de nova matança, ainda quando se tratasse duma guerra preventiva ou até mesmo de um conflito visando à defesa de direitos reconhecidos por pactos internacionais e audaciosamente violados por um dos signatários. De posse de uma aparelhagem militar, cuja eficiência deve ter crescido proporcionalmente às dificuldades e entraves opostos à sua consecução, num país servido por uma técnica industrial que só tem paridade com a dos Estados-Unidos, o *Reich* sente-se preparado para opor séria resistência à repetição de gestos semelhantes ao da ocupação do Ruhr a que há anos se abalançou a França sob a égide do falecido Poincaré. Nos tempos que vão correndo, uma represália desta natureza, com motivo no desrespeito do Tratado de Versailles, conduziria — tornamos a asseverá-lo — à guerra. E das grandes potências europeias só a Alemanha se sente com ganas de provocar um cataclismo bélico, porque, para tanto, os seus dirigentes conseguiram infiltrar na dinâmica alma dos dirigidos, sempre propensa aos grandes movimentos místicos de conjunto, a obsessão da desforra e da vingança.

Para se atrever a uma reedição da trágica *façanha* de Agosto de 1914, a Alemanha, cujo poder defensivo é hoje inegável, carece, porém, ainda de capacidade ofensiva. E esta só poderia alcançá-la com a instauração do serviço militar obrigatório — facto insusceptível de conservar-se secreto. Compreende-se, pois, que ela se visse forçada a arremessar fora a máscara, aliás transparente, que trazia afivelada para disfarçar o seu rearmamento. Fê-lo na hora própria, com a tranqüila certeza dos que se sentem inatacáveis, já pelo seu valor próprio, já pelos exagerados escrúpulos dos seus incautos adversários.

No que vimos de dizer se encontra a justificação do frémito de horror que o gesto germânico provocou na humanidade. Assim, pois, a Alemanha vinha rearmando-se não para se defender de possíveis violências dos seus adversários ou por um sentimento de honra e de dignidade nacional, como

ainda ousavam acreditar alguns ingênuos, mas com o firme propósito de retomar a ofensiva contra os seus inimigos de ontem após um armistício de alguns anos! A prova real das suas intenções, se dela ainda carecêssemos, forneceu-no-la ela própria com o exagêro das reivindicações apresentadas por Hitler a John Simon, quando da visita d'êste a Berlim. Depois d'êste retumbante sucesso da vida diplomática mundial, até os cegos conseguiram vêr...

E é o que viram? Viram a guerra desejada pelo *Reich* e preparada ao princípio em segredo, agora às escâncaras, a guerra que êle desencadeará, quando para isso se julgar preparado, sem necessidade de prévias declarações como nos bons tempos românticos do passado, a guerra que, hedionda, ceifará dezenas e dezenas de milhões de vidas, a guerra que trará em seus flancos fecundos um mundo novo.

¿ Que mundo? — pergunta a nossa justificada ansiedade.

* * *

Alguém chamou à guerra de 1914-18 o embate entre duas noções diversas de organização estatal — uma firmada na divinização da força, outra firmada na superstição do direito. Na realidade, essa guerra não passou do choque entre imperialismos que disputavam o domínio económico da Terra. Uns haviam chegado com certa antecedência à cena do mundo e beneficiavam dessa circunstância. Os recém-vindos sentiam-se comprimidos dentro dos seus limites e aspiravam a ocupar lugar mais vasto na superfície do orbe. A Alemanha contava-se entre os últimos. A imoderada ambição germânica foi esbarrar de encontro ao muro dos interesses criados e, não podendo nem transpô-lo nem fazê-lo desabar, encolheu provisoriamente as garras à espera de que a evolução dos acontecimentos lhe proporcionasse ensejo para novos e audaciosos empreendimentos.

Da guerra resultou, porém, que as forças revolucionárias da vanguarda, isto é, aquelas cujo programa se cifra na modificação catastrófica da estrutura da sociedade burguesa, aproveitaram hábilmente o enfraquecimento do capitalismo na Rússia para assaltarem, em plena baralha guerreira, a cidadela do Estado, apoderando-se dela por completo. O advento do bolchevismo é não só a consequência primacial da guerra, mas ainda o facto mais notável do período já decorrido do século XX. Êle alterou o ritmo das competições internacionais do capitalismo, por lhes colocar à ilharga uma ameaça cuja importância avulta progressivamente de ano para ano.

É desta circunstância que a Alemanha quer prevalecer-se para impor ao mundo a primeira fase do seu programa de futuro, que compreende em primeiro lugar a quasi total incorporação no seu corpo político de todos os povos de origem germânica — isto implica a absorção da Áustria e o remanejamento da sua linha fronteiriça com a Polónia e a Tchecoslováquia —, em segundo lugar a restituição das suas antigas colónias ou de outras que lhe sejam dadas em troca. Provisoriamente não se fala no caso bicudo da Alsácia e Lorena porque o pacto de Locarno tem a Inglaterra como Estado garante. Ora não merece a pena desmascarar desde já todas as baterias, sob pena de se realizar automaticamente a aliança da grande maioria dos Estados contra o *Reich*, sem distinção de Estados capitalistas e bolchevistas.

A segunda fase dos sonhos ambiciosos do nazismo comporta, porventura, a renovação da Europa por processos de colonização seminatória que façam evocar o período consecutivo à queda do Império Romano do Ocidente, quando os germanos se espraíram pelo Velho Continente e se enxertaram na maioria dos povos de então, levando-lhes, com os glóbulos do seu sangue, novos conceitos de vida, isto é, novos horizontes espirituais. Simplesmente, nessa época eles eram os portadores dum dinamismo indisciplinado e grosseiro no seu primitivismo, ao passo que actualmente eles põem ao serviço duma vontade actuante, que não é inferior à de então e contrasta com a nolitade, com a passividade de outros povos, uma técnica maravilhosa e uma capacidade formidável de compreensão, de apreensão e de disciplina.

Para atingir os objectivos da sua política externa, a Alemanha tenta fazer com o mundo civilizado e em especial com a Inglaterra uma espécie de «chantage». Declara-se sentinela e guarda vigilante dos interesses superiores da organização social burguesa e orienta deliberadamente a sua política externa contra a Rússia. Alega não poder participar no projectado pacto de consolidação do *statu quo* territorial no oriente europeu porque isso equivaleria não só a abandonar as suas, para ela legítimas, reivindicações nessa zona, mas também a estabelecer uma interpenetração de interesses e um convívio desagradável com um regimen que proclama a necessidade de destruir os frutos maravilhosos duma civilização milenária. E põe aos povos da terra este dilema bem germânico na sua brutalidade coactiva: — escolham entre a Alemanha e a Rússia, entre o capitalismo e o bolchevismo, entre o crepúsculo do passado e as brumas do futuro, entre o domínio espiritual e material da força germânica e a subordinação às correntes do misticismo comunista.

Porventura, o *Reich* esperará atrair a si por este processo aliados secretos

no seio da plutocracia internacional, partindo da hipótese de que para esta a manutenção do regimen social vigente sobreleva em importância à manutenção das fronteiras que na actualidade separam as pátrias. Porque — repare-se — as pátrias, para a plutocracia, não passam de insignificantes incidentes históricos. Já assim não acontece, porém, com a grande maioria dos habitantes dos vários países em que se enraizou profundamente uma tradição nacionalista que conta já alguns séculos de existência. Compreende-se deste modo que os Estados do Velho Continente, sob a impulsão de forças contraditórias, pretendam encontrar para o problema europeu uma terceira solução consistindo na formação duma espécie de liga das nações, compreendendo a Rússia, para se lhes tornar possível defrontar com relativa tranquillidade as incertezas que a attitude da Alemanha empresta ao seu futuro.

Nesta hipótese e pressupondo ainda que o conflito viesse a terminar pela vitória dos adversários do *Reich*, êste estaria condenado ao esfacelamento, desfazendo-se assim por completo a obra genial de Bismarck. De facto, só pela pulverização da Alemanha, os seus adversários poderiam escapar a uma reorganização política feita sob a direcção daquela com o fito de submeter o Velho Continente à sua apertada tutela. Sem isso, a Alemanha, mesmo derrotada, renasceria das suas próprias cinzas.

Claro está que, no caso de tal vitória, deveria considerar-se tão somente como adiada a batalha a travar entre bolchevismo e capitalismo. A não ser que houvesse uma regressão por parte do primeiro e uma progressão por parte do segundo, por forma tal que êstes dois sistemas político-sociais viessem a fundir-se provisoriamente num tipo único. Então, hemogeneizado de novo o mundo civilizado, êste retomaria a sua marcha ascensional à procura de um nível mais elevado de justiça social, sem o receio de que essa ascensão viesse a ser perturbada por pugnas e dissídios internacionais de grande gravidade.

* * *

Turvam-se os ares... Ainda se não ouve, é certo, o troar dos canhões, ainda as mães não estreitam de encontro ao peito os filhos e maridos antes que êles marchem para o matadouro. Mas já os corações se sentem oprimidos, já as respirações se sentem ofegantes. A guerra aproxima-se ameaçadora, arrepiante. Hitler prepara-se para desencadeá-la na hora própria. Saudem-no todos os partidários da força brutal, não contida por nenhuma lei humana ou divinas :

Salvé Hitler, oh Senhor Deus das batalhas !

VIDA CULTURAL

Pedagògicamente falando...

Por A. CORREIA DE SOUSA

III

Que o saber do papagaio de nada serve que não seja de torneira acadêmica para a obtenção dum diploma, eis uma afirmação estafada de velha e revelha, que a cada instante é nova para muita gente, em que voluntariamente se incluem às vezes até aqueles que contra isso protestam.

Há pouco que uma Escola recrutou um ornamento para o seu seio entre os mais notáveis práticos da sua especialidade e logo alguém, que tem certas ideas desempoeiradas e também protesta contra as escolas que ensinam várias ciências... no espaço (sem ser geométrico), clamava que não era o melhor no ponto de vista de orador catedrático.

É que, à fôrça de serem martirizados com discursos balofos, acabam por se convencer de que êles também eram precisos, sobretudo desde que deixaram de ser forçados a ouvi-los.

E não vai nisto desprimor ou acrimónia sequer para aqueles que, em bons rasgos de eloquência acadêmica, sintetizam em frases elegantes e atraentes um vasto panorama da ciência, ou subtilmente observam e sublinham quanto a experiência tem de interpretativa e quanto é pois necessário não sofrer de idolatria pelos factos à moda de certo positivismo raquítico, que os julga inteligentes e falantes.

Não. Eu detesto todos os ídolos, sejam mudos ou palavrosos, mas mais os verbalistas, donde nada sai que não toque a ôco, do que os factos mudos, que ao menos podem ser, como são sempre, as bases construtivas das teorias; é questão de falar por êles.

Daí a necessidade de ser o ensino real, isto é, de factos sôbre que o espírito possa pensar, visto que nem o génio de Newton era capaz de formular a sua lei da atracção sem as observações de Kepler ou o de Pasteur podia fundar os alicerces da me-

dicina moderna sem microscópio. Para isso se não pode admitir que as aulas práticas sofram corte, como ainda há pouco sofreram, de 30 a 50 por cento em proveito dum as amostas de alemão para dar que fazer a professores... em via de desemprego. É certo que tais aulas práticas consistem muitas vezes em se determinar qualquer cousa experimentalmente por um método que se não explica e fica incompreendido para se decorarem, nas aulas chamadas teóricas, métodos que se não praticam; em se verem bichos ou outros exemplos de museu (muitas vezes à distância regulamentar) sem os observar convenientemente e decorar a descrição doutros que se não viram ou até minúcias que só a microscópio se vêem com dificuldade e com dificuldade maior se interpretam. Quem não descreva uma cariocinese, que nunca viu, é pelo menos um ignorante.

Isto no liceu, porque num concurso para lente de medicina já um candidato declarou ingenuamente que talvez fôsse alguma doença nova de que ainda não ouvira falar nem vira descrição. E o futuro lente foi aprovado e provido porque ainda há quem acredite em concursos e... em bruxas.

Perdoarei de bom grado ao mestre a doença nova da cariocinese se ao estudante perdoarem que ignore para exame as mil inutilidades com que lhe encham a cabeça e lhe meterem lá dentro hábitos de observação e raciocínio ou, ao menos, lhe não tirem o natural instinto de observar e pensar com que nasceu.

Se não são capazes de orientar a mocidade, ao menos não a desorientem. Deixem-na observar que ela alguma coisa há de tirar da observação. Do macaco ao homem primitivo não houve mestres e um dia se descobriu o fogo, a fusão dos metais e o resto, a não ser que tenhamos que admitir mitologicamente que o fogo cá veio parar pela gatunice de Prometeu.

Sem dúvida o progresso pode ser muito mais rápido sob a acção de bons dirigentes, mas a ornitologia magistral abunda sobretudo em duas espécies: pavão e papagaio. Por sua iniciativa desajudada o aluno progredirá a passo de tartaruga, mas tartaruga ainda assim tão lépida que o Aquiles pedagógico, quando papagaio ou pavão, nem de asas abertas alcançará jámais, porque voa para trás. Embora sejam duas asas brilhantes para museu ou jardim zoológico, o templo da ciência requiere outra espécie de ornamentos.

¿Reformas? São indubitavelmente necessárias, mas todos os reformadores com pulso e cabeça têm sempre praticado, em casos de tão profunda gangrena, a eliminação da parte afectada, e há que reconhecer que todos, mesmo Pombal, praticaram uma cirurgia demasiado conservadora. E a prova é que o doente, embora melhorasse, viu o mal voltar e lavrar insidiosamente porque ficaram as *raízes* do tumor. Ficaram e vão lavrando com a velocidade duma cheia. É que o tumor também é cousa viva e faz pela vida o melhor que pode, embora por uma vida inferior no sentido humano.

¿Inteligentemente? Talvez sim e talvez não. Sim, se por inteligência se entender a compreensão de relações e a sua adaptação a uma finalidade, porque isso todos os tumores sociais atingem e realizam. Não, se por inteligência entendermos essa compreensão dirigida para fins superiores.

Mas ¿quais são os fins superiores?

Bem sei que doutrinariamente são difíceis de definir. Um católico sincero, tipo Pascal, tem por superiores fins muito diversos dos que apaixonam um revolucionário. Viu-o bem V. Hugo, quando nos focou no mesmo quadro o bom bispo e o convencional, ambos iluminados pelas luzes das suas fés, a fé no espírito de Deus e a fé no espírito humano. Quando estas fés são assim igualmente sinceras, podem igualmente iluminar as vidas e os caminhos que elas seguem.

Entendo então que a tolerância se impõe porque o homem não pode definir claramente o problema da sua origem e do seu destino. Mas tolerância que não seja miserável arranjo ou transigente fraqueza, só a que se funda na impotência humana para melhor definir os seus objectivos. Sejamos então da nossa opinião, com respeito pela alheia, contanto que a sinceridade dela se equipare à da nossa.

E, como medir essa sinceridade?

Não é tão difícil como parece.

Quando S. Paulo pregava o cristianismo um dia por semana e trabalhava os outros dias para viver honradamente do fruto do seu trabalho, em vez de parasitariamente viver à custa das igrejas, como lho permitia a prática de então, dava claro exemplo de sinceridade. O pobre cabaneiro, que descobria a sua humilde choupana para fornecer palha ao fogo purificador, que havia de queimar a heresia na pessoa de G. Bruno, dava prova tão evidente de sinceridade que até o próprio mártir lha reconhecia, classificando-o de único inimigo sincero que tinha. Ainda hoje a polícia toma por axioma que, onde se não sabe do criminoso, se procure o interessado no crime. É que crimes desinteressados só os dos loucos.

Se a tirania alemã mandasse falsificar a história no ensino, encobrimdo os erros e ensinando as virtudes de seus maiores para criar uma geração nova admiradora dos seus grandes homens e praticante dos exemplos deles, eu exaltava a Alemanha pioneira da civilização e perdoava-lhe a omissão dos erros, se ela a praticasse com o natural receio de que o mal com suas seduções fôsse mais exemplo a seguir do que a evitar.

Mas não posso perdoar a um partido que falsifica a história para iludir o seu povo com pretensas superioridades e manejá-lo ao sabor dos seus interesses de seita. Com sofismas bem ou mal tecidos mas sistematicamente martelados aos ouvidos dum povo é possível criar-lhe ilusões que finjam bem de realidades. Já na nossa Atenas um estudante *músico* em teologia conseguiu atralhar um *urso* (sem ofensa zoológica ao homónimo peludo) com o dilema de que Cristo, ou não era Deus porque não pôde remir a humanidade com o seu sacrificio, ou porque não soube remi-la. Assim me contou um mestre meu de filosofia que fôra o tal *músico*.

Mau mestre tiveste, me dirá qualquer teólogo.

Mas é exactamente mal dos mestres que eu ando a dizer. Alguma vez eu havia de estar de acôrdo com um teólogo.

Que a inteligência humana é fraca e muito restrito o seu domínio na vida humana é bem notório e demasiado e tristemente o sei mas é, a-pesar-de tudo, o guia com que menos se anda às apalpadelas, o que nos trouxe da vida das cavernas ao viver civilizado e, acima de tudo isso, nos elevou do espírito de seita e ambição de

domínio à compreensão e respeito das opiniões dos outros pelo reconhecimento das fraquezas de todos.

Só nesse espírito devem ser educadas as gerações vindouras a não ser que se queira reconhecer errada toda a trajectória humana até hoje realizada, como se o Supremo Arquitecto nos tivesse feito jogar a cabra-cega em busca duma miragem intelectual num mundo, onde só o absurdo frutificasse. E ainda tal tese só com raciocínios se demonstraria.

Os fins superiores são pois os fins ideais ansiosamente desejados sem interêsse material e até geralmente bem contra êle.

Podem não ser sempre os mais acertados porque a humanidade não tem diante dos olhos um único farol. Muitos a iluminam e caminhos divergentes podem voltar a convergir visto que a humanidade anda ébria dos seus destinos e segue por isso a mesma tortuosa linha. Mas, mesmo que sempre divergissem, não era forçoso que, só guiados pelo mesmo pastor, os homens acertassem com o redil da sua finalidade intrínseca, se é que mesmo ela existe, o que nunca se demonstrou nem talvez se demonstre, ficando assim como um dos postulados da nossa liberdade.

¿Onde está a prova do nosso destino comum?

¿No nosso instinto de harmonia?

Mas, universal que fôsse, não faria prova; e nem harmonia significa uniformidade caserneira e até de dissonância pode sair a harmonia.

O mal existe bem patente aos olhos humanos. Será uma radical imperfeição do mundo ou imperfeita visão dos olhos que o vêm?

Eis o que a filosofia não pode demonstrar e as religiões têm postulado a seu modo, pretendendo todas possuir a Verdade (com maiúscula), tratando-se os diversos crentes mutuamente de infieis e fazendo a harmonia destas dissonâncias o espírito de tolerância.

Tôda a moral por mais dogmática que seja, presume a liberdade. Sem ela não há mérito nem demérito. Há apenas meio de ficarmos todos eméritos, não no sentido que lhe atribui a Academia, mas no sentido real que há pouco lhe restaurou na imprensa o professor Ricardo Jorge. Pois, se a liberdade é condição primordial dum acto para que seja verdadeiramente humano, só por ela pode começar a verdadeira educação. E, como a liberdade não tem sentido sem a correlativa responsabilidade nem esta pode existir de direito sem o conhecimento dos meios de acção, consistirá o educar em preparar para a liberdade, começando por usá-la tanto quanto os meios de acção do educando o vão permitindo.

Que isto seja incompreensível para mestres em geral bem o compreendo. A própria existência de programas minuciosa e nitidamente traçados, ainda com explicações acessórias, demonstra como os dirigentes conhecem a necessidade de ditar critérios a quem os não tem e a ilusão em que ficam de os terem insuflado onde êles não penetram. É o que há mais de vinte anos disse o professor João de Barros: entre programas e educandos estão os educadores. De modo que, o que à mocidade se ensina é geralmente o contrário da educação, quer com a palavra quer com o exemplo. Os programas, que qualquer aluno pode ler, dizem expressamente que os

exames se destinam mais a averiguar o que o aluno sabe do que o que êle ignora, mas não só se procura muitas vezes o contrário como até se declara abertamente aos alunos. Eis o exemplo de indisciplina que patenteiam os supostos disciplinadores. E, como é velho que com o amo se não jogam as peras, toca ao aluno sofrer o mestre e lá se desfarrará quando mudar de lugar. Também há quem chame disciplina a isto.

Quando da parede académica de 1907, vários mestres estenderam aos estudantes uma espécie de perdão de acto mal disfarçado ou excessivamente claro para os levar a torcer caminho na luta encetada, com quebra para muitos de solenes promessas verbais e escritas, ensinando-lhes a moral alemã dos tratados *farrapos*.



As anormalidades endócrinas e a criminalidade

Por CARLOS BANA

Há uma ciência, ainda em formação, mas para a qual se voltam já as atenções dos mais cautelosos cultores do direito penal, daqueles próprios para quem o galhardete subversivo das ideias novas inspira sempre uma invencível repugnância. Essa ciência é a endocrinologia, cujo objectivo consiste no estudo das glândulas de secreção interna e da influência que elas desempenham na constituição bio-psíquica da personalidade humana.

Sabido é que Lombroso lançou, arrojadamente, em *L'uomo delinquente*, cuja primeira edição viu a luz em 1876, a afirmativa básica de que o delito não é um sêr abstracto, uma entidade metafísica, antes se apresenta como uma realidade eminentemente humana, e de que necessário se torna polarizar na observação e exame do homem, morfológica e psiquicamente considerado, todos os estudos de direito penal. Ora, procedendo ao exame antropológico de delinquentes dos mais variados sectores da vida criminal, Lombroso chegou à conclusão de que o homem delinquente possui um tipo somático especial, próprio, característico da sua actividade. Êsse tipo criminal é marcado por caracteres de ordem anatómica, fisiológica e psicológica.

Considerada nos seus termos gerais, como regra, esta observação é irrecusável. Antes de denunciáda pela ciência, já o povo, na sua admirável perspicácia, no seu fino espírito de observação, concluíra há muito que os criminosos possuem um aspecto particular que os denuncia ao primeiro olhar: recorde-se a expressão, tão usada na nossa língua, de «cara patibular»... Ora, não se trata, evidentemente, de uma observação arrancada às velhas doutrinas dos *fisionomistas*.

Está-se perante a verificação, por assim dizer, pública, universal, duma verdade intangível, que todos *sentem*, embora só alguns cientificamente a compreendam. Como nota Ruiz-Funes, «quaisquer que sejam as razões por que o fenómeno ocorre, o certo é que tem uma realidade. Basta ter contemplado, olhos atentos e inteligência desperta,

qualquer aglomeração penitenciária, para surpreender nos seus componentes caras estigmatizadas e assimétricas, continentes anómalos, estranhas modalidades morfológicas, excêntricas ao normal».

Destas observações conclui-se, fatalmente, que existe uma relação entre essas anormalidades que marcam um determinado delinqüente e o acto criminoso por êle elaborado. Existe de facto. E essa relação não pode deixar de ser de causalidade.

E assim, estudando a etiologia do delito, Lombroso adiciona às causas físicas e sociais — factores exógenos — as causas de ordem biológica — factores endógenos. Dêste modo, na eclosão do fenómeno delitual, verifica a influência não só de causas de ordem geográfica, étnica, climática, etc., não só de índole educativa, política e económica, mas também de natureza antropológica, como a idade, o sexo, o alcoolismo, a hereditariedade, e as manifestações patológicas de diversa ordem.

A doutrina de Lombroso despertou nos meios criminalistas o mais variado interesse. Foi combatida com veemência por uns; por outros foi defendida com o mais ardoroso entusiasmo. As suas observações práticas, as suas conclusões teóricas, foram, uma por uma, analisadas, pesadas, medidas. O volume formidável de materiais que a sua obra fornece para o estudo do direito penal e do homem delinqüente, valiosíssima herança oferecida à humanidade, como produto de um trabalho ciclópico, foi longamente meditado. Vieram as correcções, os aditamentos; durante perto de sessenta anos, estudiosos de tôdas as nações, laborando à luz do facho com que Lombroso iluminara as vastas galerias centrais do direito penal, tiveram ensejo de concluir que, não obstante dever-se abandonar um certo número de conclusões irreconciliáveis, hoje, com o progresso dos conhecimentos médicos e sociais, ao professor italiano se deve, no entanto, aquela meia dúzia de verdades indestrutíveis que marcam, em nossos dias, a mais progressiva orientação daquele importantíssimo ramo da ciência humana.

Havia, porém, na genial contribuição lombrosiana, entre outros dados, um problema cuja incógnita era difícil de encontrar. Verificava-se o facto; a explicação faltava-se, contudo, ao saber dos estudiosos, impotentes para apreendê-la. Referimo-nos à relação apontada pelo mestre do direito penal entre determinadas anormalidades morfológicas e especiais anomalias psíquicas dos delinqüentes. Êsse problema encontra-se hoje resolvido e a sua solução é um incontestável título de glória dos endocrinólogos.

É, com efeito, à endocrinologia que se deve esse valioso descobrimento. Sendo certo que o funcionamento das glândulas endócrinas possui uma grande influência sobre a forma humana e a psique, pôde explicar-se êsse ponto obscuro da tese de Lombroso. Como diz Pascual, ficou esclarecida «a relação entre certas anomalias somáticas dos delinqüentes e as suas especiais anormalidades psíquicas, relação cuja causa fisiológica podemos situar hoje, ao menos para os casos mais demonstrativos, no desequilíbrio de funções de órgãos que são reguladores, ao mesmo tempo, da morfogénese de determinadas partes do corpo e da integridade da vida psíquica, como são, precisamente, os órgãos endócrinos». Esta observação de Pascual, é confirmada, entre outros por Pende, Vidoni e Palopoli.

Mas as doutrinas endocrinológicas não se ilustram, apenas, por este serviço prestado ao direito penal. Outro, e do mais alto valor, é de esperar da jovem ciência. Antes, porém, de avançarmos além, exponhamos, resumidamente, a título de breve elucidação para profanos, algumas ideas gerais que permitam a compreensão do que seja a endocrinologia.

Existem no organismo humano as chamadas glândulas endócrinas ou de secreção interna, que, como afirma Gley, se caracterizam pelo facto de segregarem, no líquido por elas produzido, substâncias igualmente por elas elaboradas em que se encontram certas propriedades especiais. Essas substâncias (secreções internas), communmente chamadas hormonas, são vertidas no sangue, produzindo na corrente circulatória uma determinada acção bio-química.

As mais importantes glândulas de secreção interna são: a tiroideia, situada na laringe; as paratiroideias, junto à tiroideia, as supra-renais, acima dos rins; a hipófisis ou pituitária, na base do encéfalo; a epífisis ou pineal, na parte superior do encéfalo; as glândulas do pâncreas, as intersticiais, nos testículos e ovários; e o timo na base do pescoço.

A função das glândulas endócrinas consiste, pois, em lançar no sangue umas certas matérias, mantendo-o com determinada composição bio-química. Se essas glândulas funcionarem de modo irregular, quer por excesso de actividade (hiperfunção), quer por diminuição (hipofunção), quer por desvios de qualidade (disfunção), o organismo não pode manter-se e desenvolver-se no estado normal.

Vejamos alguns exemplos dos mais vulgarmente apontados pela ciência médica.

A tiroideia têm um papel excitante das várias funções orgânicas. A hiperfunção da tiroideia, ou hipertiroidismo, produz indivíduos longilíneos, com hipergenitalismo, caracterizados pelo seu espirito buliçoso, irrequieto e impetuoso. Do hipotiroidismo resulta a antítese: pequena estatura, sinal de Lévi, impotência, esterilidade, carácter apático, preguiçoso e, por vezes, cretinismo.

O hipoparatiroidismo produz, em grande número de casos, segundo Krabbe, uma doença, a tetania, de que resultam profundas alterações orgânicas.

Observou-se também que as secreções das glândulas supra-renais influem no sistema nervoso simpático, no desenvolvimento genital e do esqueleto. A hipofunção destas glândulas pode produzir a impotência funcional de todo o organismo (na doença de Adison); acarreta um estado de hypo-emotividade.

Relativamente à hipófise ou pituitária, nota-se, na hiperfunção (hiperpituitarismo), o gigantismo, com debilidade mental; no hipopituitarismo, observa-se o tipo adiposogenital, com tendência à inversão sexual e melancolia.

O timo, que, em regra, desaparece na idade adulta, influi no estado mental e fisiológico do indivíduo. Do hipotimismo resulta o idiotismo e o raquitismo.

Das breves noções retro-explanadas, é de notar, com os mais modernos criminalistas, a correlação verificada entre a delinquência e as perturbações endócrinas ou desendocrínias. Não se pode afirmar, de-certo, que um estado endócrino anormal conduz fatalisticamente ao crime, não se pode proclamar que um delinquente é sempre um anormal marcado por qualquer ou quaisquer desendocrínias. O que se deve asseverar

é, como diz Pende, que as anomalias hormonícas representam predisposições para a delinqüência, são, por vezes, causas impulsivas, a que há a juntar todos os outros factores que concorrem na produção do delicto.

A existência de perturbações hormonícas nos criminosos tem sido verificada por inúmeros estudiosos de alto renome. Apontemos algumas observações, a título de curiosidade.

Escreve Funes que, segundo Enzo Conti, «a endocrinologia permitiu aos criminólogos construir um quadro de delictos, derivados de alterações hormonícas caracterizadas e individualizadas. Assim, o hipertiroidismo cria um *facies* característico e um temperamento particularmente excitável e propenso aos excessos e aos delictos de sangue. O tipo hipovegetativo é próprio dos delinqüentes não violentos. A constituição linfática e as alterações da pituitária e tiroideia encontram-se nos menores delinqüentes. A alteração hipofisária produz tendência a perversões morais e sexuais e impulsão violenta ao furto. Os delictos sexuais têm, normalmente, a sua origem nas alterações das glândulas intersticiais». Mário Carrara, Landogna Cassonne, Di Tullio, Funaioli, Vidoni, Brandino, Pende, etc., apontam, como Conti, inúmeras desendocrínias em grande parte dos delinqüentes por êles observados.

Chegados a êste ponto, parece ser, agora, o ensejo próprio para nos referirmos à outra importantíssima contribuição endocrinológica no progresso do direito penal. Diz ela respeito à repressão da criminalidade. Com uma brevíssima referência a essa matéria, terminaremos o sucinto bosquejo de divulgação a que nos abalançamos hoje.

Desde o momento em que se chegou à conclusão de que certos estados bio-psíquicos eram derivados duma desendocrínia, imediatamente a ciência médica se lançou ao estudo da respectiva terapêutica. E diferentes processos foram, uns após outros, imaginados e experimentados.

As correções endócrinas fazem-se hoje, com maior ou menor êxito, através da opoterápia (injecções de extractos do órgão), com o intuito de regularizar as funções, activando-as ou deprimindo-as; a ablação parcial da glândula em casos de hiperfunção (já usada quanto à tiroideia: tiroidectomia); o tratamento por intermédio de soros; finalmente, o emprêgo da radiologia.

Êstes problemas revestem-se, como se vê, dum alto interêsse. Estamos em face de um novo meio de luta contra a criminalidade, ao qual os estudiosos preconizam o mais largo futuro. Às medidas de defesa social, juntam-se os dados da endocrinologia. O direito penal avança, progride, valoriza-se dia a dia. dia a dia se robustece para a grande luta contra a criminalidade e pelo aperfeiçoamento humano. E, dia a dia, também, menos se comprehende o desprêzo de certas sociedades pelo progresso da ciência; dia a dia mais estranha e inconcebível se nos afigura a sua atitude de reverência por poeirentas fórmulas perante as quais, coercivamente, tantas vezes, o juiz tem de ser um carrasco medievo, a lei um espantalho odioso e a justiça uma vesga e debochada matrona!

Ideas gerais sôbre o problema da Instrução Pública

Por MOURA DINIZ

IV

Terminado o ensino secundário, um problema se apresenta de grande melindre e delicadeza. Deverá dar-se acesso ao ensino superior a todos os que, habilitados com o curso secundário, a êle concorram ou pelo contrário, só deverão a êle ascender os seleccionados, os que ofereçam maiores garantias de corresponderem inteiramente às responsabilidades sociais, culturais e científicas inerentes a um diploma de instrução superior ?

Dada a finalidade social que atribuímos ao ensino superior, optamos pela segunda solução. Nestas condições, entendemos que, terminados os estudos secundários, todos os candidatos ao ensino superior deveriam ser submetidos a um exame de admissão. Não vá supor-se, porém, que preconizamos um exame semelhante ao que, até agora, por vezes tem sido adoptado. Longe de nós tal idea !

O que desejaríamos ver adoptado entre nós, era um exame de admissão pelo qual se procurasse descobrir no candidato a sua intelligência, aptidão, temperamento e energia criadora. Semelhantemente ao que a República vizinha adoptou para o ensino secundário, adoptariamos nós para o ensino superior.

Êsse exame seria feito através de,

- a) — Informações constantes da Caderneta Escolar do ensino secundário : classificações obtidas ; observações colhidas pelos professores e ficha provida do Instituto de Orientação Profissional.
- b) — Uma prova psicológica que evidenciasse o grau de aptidão e intelligência do candidato.

Dada a índole dêste trabalho, de conteúdo sucinto e genérico, não nos embrenharemos no estudo do ensino superior e simplesmente diremos que é necessário modernizá-lo, reformando-o de maneira a cumprir a sua missão.

Insistindo na nossa idéa de que é preciso humanizar todo o ensino, no ensino superior essa necessidade é imperiosa e impreterível e para isso indispensável se torna a introdução no plano de estudos de todos os cursos das disciplinas conducentes a tal fim, tais como a Filosofia, a História, etc.

É preciso, pois, rejuvenescer todo o ensino no sentido de desenvolver e fortalecer o raciocínio e de libertar a memória de práticas atrofiantes. É preferível saber menos e ter assimilado bem o que se aprendeu, que saber muito e mal.

Deveria estimular-se no aluno a confiança em si mesmo, despertar nêlo o interêsse pelo saber, a curiosidade científica, o espírito de observação e de investigação, desenvolver-lhe as faculdades de análise e crítica, etc. Êstes objectivos foram já superiormente salientados na incisiva e acertada crítica feita à Universidade, pelo distinto publicista Sr. Dr. A. Lobo Vilela ¹, mas que nós desejaríamos ver atingidos em todos os graus do ensino, salvaguardadas as devidas proporções. No sentido de moralizar o ensino, tornando-o digno e elevado, impõe-se a necessidade de abolir definitivamente a instituição da *sebenta*, tornando obrigatória para todos os professores a apresentação das suas lições na respectiva escola, para que esta as publique em livros decentes e bem impressos.

Para que o ensino tenha o seu lógico e natural desenvolvimento, deve obedecer ao princípio spenceriano, genial concepção da Evolução, pelo qual esta se manifesta pela passagem da homogeneidade indefinida para a heterogeneidade definida. Assim, o ensino deverá ser organicamente orientado de maneira a passar gradualmente da homogeneidade indefinida da instrução primária para a heterogeneidade definida da instrução superior, formando um conjunto harmonioso e perfeito cujo funcionamento justifique a sua existência e seja conducente à maior e melhor valorização dos indivíduos.

Um outro problema intimamente ligado com o da Cultura, e que é, pode dizer-se, o acompanhamento necessário da história e da vida, deve merecer a nossa atenção e carinho, pela importância que êle reveste. Referimo-nos às Belas Artes!

A Arte, contra o que alguns possam supor, não colide com a Ciência. Herbert Spencer demonstrou que a «Ciência está sempre oculta sob a Arte; que a verdadeira Arte, respeita a verdade dos seres que a ciência ajuda a conhecer; que não há estatúaria sem anatomia; pintura sem perspectiva nem música sem ritmo». Êle afirmou, ainda que, «a Ciência, é certo, não faz artistas. Nasce-se artista como se nasce poeta e não é a educação que os faz. Mas essas faculdades congénitas exigem o apóio da ciência organizada. A intuição é muito mas não é tudo. É preciso que o Génio se alie com a Ciência para que se obtenha o mais perfeito resultado.» ²

Segundo o grande estadista brasileiro Ruy Barbosa, a Arte deve submeter-se às exigências da indústria e afirmou que «o objecto da educação contemporânea pela Arte, não deve ser exclusivamente a criação de individualidades invulgares, mas sim

¹ *A Crise da Universidade*, edição do grupo Renovação Democrática.

² *De l'Education*

educar esteticamente a massa geral das populações formando assim, ao mesmo tempo, o consumidor e o produtor.»¹

O Teatro deve ser objecto de cuidadosa orientação e fiscalização no sentido de desempenhar proficuamente a sua missão educativa. Já, durante a Revolução Francesa, o maire de Paris, Mr. de Bailly, tinha declarado que «o Teatro, onde muitos homens se juntam e mutuamente se entusiasmam é uma parte do ensino público».

Nêste sentido, pois, deveria ser orientado o ensino das Belas Artes, não perdendo de vista o princípio de que é perfeitamente contraproducente pretender forçá-las a seguir rigidamente quaisquer directrizes.

Dentro do âmbito dêste problema encontra-se o do nosso património artístico, património que constitui um laboratório perene de emoções estéticas de arte e beleza. Sôbre êsse património deveriam incidir, sem falta, as necessárias medidas de proteção, legislando-se de maneira a evitar a sua perda, deterioração e desbarato, abrangendo nessas disposições a parte dêsse património que estivesse em poder de particulares, seguindo-se assim a orientação adoptada sôbre esta matéria, pela República Espanhola.

Desde que o património artístico dum povo constitui um factor importante de cultura e instrução, entendemos que quanto ao nosso património, todos os portugueses têm direito a disfrutar as obras de arte e de cultura que o passado nos legou e para isso deveria ser inteiramente gratuita a entrada em todos os museus.

Enfim, para superintender nas escolas de música, orquestras do Estado, festas regionais, em tudo o que pudesse estimular o folklore nacional, teatros, radiodifusão, etc., etc., seria criada no Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, uma Junta Nacional de Música e Teatros.

Resta-nos agora fazer algumas considerações sôbre o magistério de todos os graus do ensino.

Os professores primários, deveriam possuir uma mais cuidadosa e desenvolvida preparação pedagógica, formando neles a convicção de que a criança é, pela sua fragilidade, a matéria prima que deve merecer extremosísimos cuidados. Da excelência do ensino primário depende o bom êxito de qualquer reforma que se pretenda architectar dos ensinos secundário e superior, e segundo aquêle princípio deverá ser remodelado o instituto do magistério primário. Torna-se inadiável elevar o nível social dêstes grandes obreiros da Civilização e do Progresso, remunerando-os capazmente e dando-lhes o lugar que de direito lhes pertence na sociedade. Aproveitamos a oportunidade para lhes manifestarmos a nossa grande consideração e apresentarmos as nossas melhores homenagens.

Quanto aos do ensino secundário, entendemos que o seu recrutamento não é devidamente orientado, porquanto os seus resultados não têm sido grandemente eficazes e proveitosos. Por um lado, observa-se em grande número dêles pronunciada falta de preparação pedagógica e por outro lado, verifica-se neles, em geral, dema-

¹ *Páginas escolhidas.*

siada preparação científica para a função que exercem, a ponto de, como muito bem observou o Sr. Lobo Vilela no seu já citado trabalho «acontecer sentirem, muitas vezes, dificuldades enormes para descenderem da torre de marfim onde se habituaram a viver e adaptarem-se às exigências de um ensino elementar.» Urge, pois, remodelar o sistema de recrutamento dêstes professores parecendo-nos excelente a criação dum curso especial a êsse fim destinado, que contenha no seu plano de estudos um certo desenvolvimento científico, sem dúvida, mas intimamente conjugado com a finalidade pedagógica que o deve caracterizar, e para isso lembramo-nos da criação de um Instituto Superior Pedagógico, anexo à Universidade, que fôsse cursado por todos os que quisessem destinar-se ao magistério secundário de qualquer especialidade.

No ensino superior, são absolutamente necessários professores integrados na vida moderna, verdadeiros cultores da ciência e que a acompanhem nas suas mais recentes criações, fazendo destas objecto de ensino, dinamizando-o e modernizando-o. Parece-nos que, para um melhor recrutamento desta classe de professores, para os quais, na sua quási totalidade é completamente estranha a pedagogia, se justificaria a existência de uma Escola Normal Superior, também anexa à Universidade, à qual seriam admitidos os que, querendo dedicar-se ao magistério superior, tivessem obtido o grau de doutor na respectiva escola ou faculdade, mediante as provas para isso estabelecidas.

Dada a nossa orientação em matéria de selecções entendemos que nesta altura seria desnecessária a exigência de determinada classificação para a admissão às provas de doutoramento.

Por fim, ocioso será salientar que tanto os professores do ensino secundário como os do ensino superior, devem ser remunerados de tal sorte que lhes permita a independência económica a que têm jus e se lhes possa exigir uma inteira e exclusiva devoção pela sua profissão, estabelecendo então uma completa e rigorosa incompatibilidade entre as funções de professor e quaisquer outras estranhas a elas.

Terminado êste trabalho, parece-nos oportuno transcrever estas palavras do grande estadista francês M. E. Herriot : «O problema do ensino confunde-se com o problema da organização da Democracia».

Aguardemos, pois, que os consagrados se pronunciem sôbre êste importantíssimo problema do ensino e digam da sua justiça.





vida económica e financeira

GLOSSAS E COMENTÁRIOS

À margem dos trabalhos do congresso dos economistas
de língua francesa de 1933

POR CUNHA LEAL

1. Em que se fala de economia liberal, de economia
dirigida, de padrão-ouro e de cartesianismo

Umhas três dúzias e meia de economistas de língua francesa, descendo das suas cátedras universitárias da França, da Bélgica e da Suíça, tomaram a costumeira de reunir-se, de há doze anos a esta parte, por alturas dos dias gordos, afim de discutirem com abundosa proficiência assuntos mais ou menos bicudos, mais ou menos palpitantes, da sua especialidade. Em 1933 os doutos cultores de tão complexo ramo do saber humano adoptaram a sensata resolução de dar publicidade em volume aos seus relatórios e aos seus debates. Ora quiseram os fados propícios que nesse ano houvessem sido abordados por êles questões que continuam e continuarão ainda por muito tempo na ordem do dia, a saber: *o paralelo entre a economia liberal e a economia dirigida e o valor teórico e prático do padrão ouro*. Para tais matérias nos permitimos mais uma vez chamar a atenção dos portugueses costumazes em tentarem perceber o que se está passando por êsse mundo além.

Da leitura do sobredito documento ressalta uma primeira certeza: a de que o espírito francês se encontra irremediavelmente empapado em cartesianismo, comprazendo-se por efeito disso em construir efabulações lógicas às quais pretende subordinar as realidades da vida terrena. Olhar objectivamente os sentimentos e os factos materiais constitui para êle uma quási impossibilidade, tão certo é que lhe importa muito menos saber como são as *res corporales et incorporales* do que saber como é que elas deveriam ser à face dos princípios da razão pura. Dêste modo o espírito francês sobrepõe sistemáticamente ao mundo real um mundo ideal e inatingível.

Em obediência a êste critério, ao abordarem o problema da orientação económica

das sociedades contemporâneas, os mestres de língua francesa começaram por definir — e nisto consumiram passante de dois têtços do tempo do seu congresso de 1933 — o que deve racionalmente entender-se por economia liberal e economia dirigida e acabaram por concluir que o primeiro sistema é mais lógico do que o segundo, devendo por tal motivo merecer as decididas preferências dos homens públicos dos países civilizados.

Subordinando-nos à orientação dos mestres, também nós começaremos pelo pesadelo das definições.

Na sua forma pura, a economia liberal consiste na ordenação das fôrças económicas resultante do seu livre jôgo e concorrência, das suas mutuas acções e reacções, sob a arbitragem de um Estado confinado em funções meramente policiaes. Os fundamentos de tal sistema são — por um lado a liberdade, por outro lado a propriedade individual. O móbil das acções humanas é o ganho. O proveito da colectividade é o somatório dos proveitos unitários de cada um dos seus membros.

A seu turno, a economia dirigida, tomada em tóda a extensão dos seus dois têtmos constituintes deve ser encarada como uma forma de estruturação social em que a actividade dos homens é orientada no sentido da consecução duma finalidade nacional, incumbindo esta orientação superior ao Estado, assistido por órgãos técnicos adrede criados. Os fundamentos de tal sistema são — per um lado a autoridade ilimitada do Estado em matéria económica, por outro lado a propriedade comunitária. O móbil da acção colectiva é não só o aumento da capitalização nacional, mas ainda a deminuição da quota de esforço individual necessária para a satisfação das necessidades gerais e particulares. O proveito de cada membro das sociedades representa uns tantos avos de proveito global. A marca tangível do sistema consiste na adopção de planos económicos pluri-annuais, respeitantes ao conjunto das actividades industrial, agrícola e comercial de cada povo.

Resumindo: se o primelro dêstes dois sistemas corresponde a um capitalismo integral, cem por cento, o segundo corresponde a um socialismo da mesma categoria quantitativa.

Um espírito mais objectivo do que cartesiano, tal como o nosso, é levado a considerar aquelas definições de economia liberal e de economia dirigida como correspondendo a casos limites, praticamente irrealizáveis, e os estados reais como participando dos caracteres de um e outro dêstes tipos extremos de organização social. O facto de se realizar com velocidade relativamente grande uma evolução em sentido restritivo dos graus de liberdade da economia é que nos pode levar a dizer, como que por instinto, que se entrou em regímen de economia dirigida; se, ao contrário, se exteriorizasse um retórno em sentido amplificativo daqueles graus de liberdade, então seríamos conduzidos a afirmar que se regressara ao regímen da economia liberal ou que nêle se persistia. Esta tendência ou antes esta orientação das transformações materiais das sociedades humanas deve, de facto, assumir para nós, *dentro de certos limites, como presentemente acontece*, muito maior importância do que o número de graus de liberdade que caracterizam determinado estado de um sistema económico nacional.

Adoptado êste ponto de vista, o problema, encarado objectivamente, deve decompor-se por esta forma:

1) Porventura tendem as sociedades civilizadas para o aumento dos seus graus de liberdade económica ou tendem antes para a sua diminuição?

2) Em qualquer dos casos, pode ou não a tendência predominante ser modificada em sentido diametralmente oposto pela vontade deliberada dos homens?

3) Na hipótese de ser afirmativa a resposta à interrogação anterior, em que sentido convém dar esta impulsão, no da economia liberal ou no da economia dirigida?

2. O intervencionismo pautal

A economia liberal entrou no campo das realizações práticas em pleno século XIX, depois da grande Revolução Francesa. Antes do advento desta, as empresas particulares viviam subordinadas no exercício da sua actividade a regras impostas pelo Estado, e a mão de obra nas artes e officios encontrava-se adstrita à férrea disciplina dum sistema corporativo que mergulha as suas raízes em pleno período medieval. Quando proclamaram as excelências da ordem gerada espontaneamente pelo concurso de vontades e apetites discordantes, os corifeus de tal princípio mal imaginariam, porventura, que esse *processus* de ordenação social, imitado da natureza, conduziria a uma sucessão ininterrupta de equilíbrios, fugazes na sua instabilidade. Com efeito, apenas atingido um destes estados de equilíbrio, logo as ambições dos vários membros do corpo social tendiam a rompê-lo em proveito próprio, o que requeria novos reajustamentos conduzindo a situações tão instáveis como as anteriores. Pode, pois, afirmar-se que a economia liberal estabelecia nos agregados humanos a ordem dentro do desequilíbrio — explicação esta que pareceria paradoxal sem as explicações com que houvemos por bem precedê-la.

Sustentámos atrás que o sistema da economia liberal é inaplicável, na sua forma pura, às sociedades humanas. Supomos ser esta a boa altura para darmos a razão do nosso dito.

É fora de dúvida que, se em todo o mundo civilizado vigorasse êste regímen de organização social, seriam incompreensíveis e, por conseguinte, injustificáveis as barreiras alfandegárias, tão certo é que dificultam extraordinariamente as acções e reacções espontâneas dos interesses humanos na superfície do orbe terrestre e, conseqüentemente, provocam a gestação duma ordem económica anti-natural. O livre-cambismo surge-nos assim como um dos corolários da economia liberal.

Se, porém, os homens, embalados pelo *canto de sereia* dos princípios, não recorressem ao proteccionismo pautal para salvaguarda das economias nacionais, operar-se-ia fatalmente uma especialização das diversas regiões do globo, por virtude da qual grande parte delas seriam condenadas à mais desoladora esterilidade económica. A indústria confinar-se-ia em certos locais a que a proximidade de jazigos de combustíveis, de ferro e de outros metais, a possibilidade da aquisição, em boas condições de matérias primas de origem vegetal e certas características da sua posição geográfica haveriam conferido um verdadeiro privilegio. Por sua vez, a agricultura flo-

resceria, em regímen de quási monopólio, em zonas muito férteis e não muito distantes das grandes vias mundiais de comunicação. As populações humanas concentrar-se-iam, atingindo densidades espantosas, nas regiões a que vimos de referir-nos, de modo que a face da terra apresentar-se-nos-ia constituída por uns tantos oásis barulhentos com extensas manchas intercalares de selva bruta ou de deserto. Assim, pois, os particularismos nacionalistas têm o proteccionismo aduaneiro como um dos motivos fundamentais de individualização, e os compartimentos económicos correlativos têm uma ordenação resultante do emprêgo dêste artifício.

No Congresso de 1933 dos economistas de língua francesa discutiu-se muito se o proteccionismo deve ser catalogado como uma manifestação de intervencionismo ou de economia dirigida. Na sua quási totalidade, os ilustres congressistas inclinaram-se para a adopção do primeiro dêstes critérios. Vejamos, porém, qual o alcance dêste diferendo.

Segundo os economistas de cepa burguesa, todo e qualquer acto praticado pelos Poderes Públicos em detrimento da liberdade no sistema económico de um país, mas não inspirado pelo propósito consciente de provocar desvios sensíveis na orientação natural dos fenómenos económicos, seria um acto de intervencionismo. Quando, pelo contrário, presidisse às determinações dos Poderes Públicos o pensamento de forçar a indústria, a agricultura, o comércio e a capitalização a seguirem certas directrizes para a obtenção de certos fins, então, sim, estaríamos em face de manifestações de economia dirigida. Para nós, esta distinção é especiosa. O que, em nosso entender, importa é distinguir entre actos de intervenção acidentais e permanentes. Êstes últimos, ainda quando inicialmente não sejam mais do que *actos reflexos*, impulsionados pelo instinto animal de conservação, acabam sempre por se transformar em *actos de reflexão*, obedecendo a um princípio de orientação de ordem superior e recaindo assim dentro do âmbito da economia dirigida.

Se o nosso parecer é razoável, a permanência do fenómeno do proteccionismo é, pois, quanto basta para o caracterizar como uma das providências governativas cuja acumulação tende a empurrar as sociedades para um regímen susceptível de ser classificado como de economia dirigida. Pondo, porém, de banda as nossas opiniões pessoais para nos adstringirmos exclusivamente às dos mestres de língua francesa, ainda assim mesmo se nos afigura errada a sua sentença final, já que esta, como conteúdo, não cabe dentro daquelas, como continente, consoante se terá ensejo de reconhecer no decurso das nossas considerações.

Em tese, o proteccionismo deve ser levado até ao ponto em que as indústrias viáveis de cada país possam resistir à concorrência das similares estrangeiras melhor apetrechadas do que elas. Se houvesse uma regra segura, isto é, não arbitrária, para a divisão das indústrias em viáveis e inviáveis, o proteccionismo, quando não ultrapasse aqueles limites, visaria apenas a garantir a existência de um sistema económico nacional sem afectar as condições de existência dos outros sistemas. Em tais condições, talvez o proteccionismo pudesse deixar de ser encarado como uma medida de economia dirigida. A verdade, porém, é que aquela distinção é perfeitamente convencional, porquanto na prática a viabilidade das indústrias depende apenas da vontade

do Estado, quando, em boa verdade, uma tal viabilidade só deveria ser reconhecida àquelas que, para viverem, dispensassem o adjutório dos direitos aduaneiros.

Sendo isto assim, as pautas alfandegárias representam o plano basilar da organização económica de cada povo. Do valor absoluto e relativo dos seus direitos constitutivos depende a qualidade e quantidade das fôrças económicas capazes de subsistir. É certo que o arranjo tomado ulteriormente por essas fôrças pode ficar entregue ao livre jôgo das suas acções e reacções. E, então, a economia de um povo será liberal quando considerada no plano nacional, será dirigida quando considerada no plano internacional.

É isto, porventura, o que teriam querido dizer os economistas de língua francesa, mas não foi isto o que realmente disseram. Como nos parece por vezes comesinho o poder de expressão dos sábios! É o que acontece, por exemplo, como o professor belga De Leener quando, no relatório que apresentou ao Congresso já referido, escreveu sôbre protecçionismo as palavras que passamos a transcrever:

«No caso os governos ou os parlamentos não *dirigem* nada; dirigem mesmo tão pouco que na verdade são os homens interessados nas emprêsas em causa que actuam sôbre as autoridades competentes para lhes solicitarem que dirijam a sua protecção por forma a organizarem a salvaguarda aduaneira que se julga necessária.»

Que importa quem seja o inspirador de determinada medida? O que importa, no caso, é que ela represente, de facto, uma medida de direcção? E que importa até que de início essa direcção seja incerta e ziz-zagueante? A dura necessidade acabará por corrigir êstes erros de direcção de acôrdo com as imutáveis leis da eterna existência.

3. O intervencionismo monetário

O princípio da plena liberdade nos domínios monetários começou a sofrer as mais sérias derrogações desde os primórdios do liberalismo. Recordemos a êste propósito que os ingleses, que mantiveram o seu livre-cambismo até 1931, restringiram pelo Acto de 1844 a emissão de sinais monetários pelos bancos, em vez de confiarem a regulação do fenómeno às acções e reacções dos mercados nacionais e internacionais. Como *o seguro morreu de velho e a prudência lhe foi ao entêrro*, os povos foram reduzindo o número de graus de liberdade dos bancos e acabaram por se confinar no regímen do monopólio da função emissora, sem que os mais acérrimos defensores do liberalismo económico manifestem a tal respeito ímpetos ou sequer propósitos de reacção. Os bancos emissores são hoje mesmo considerados pelos gregos da economia dirigida e pelos troianos da economia liberal como organismos que, exercendo uma função pública importantíssima ainda quando sejam institutos particulares, devem preocupar-se muito menos com a noção do lucro do que com a noção do interêsse colectivo.

A influência do Estado na regulação dos fenómenos monetários tem-se vindo, por outro lado, a amplificar pela invencível fôrça de necessidades que todos reconhecem e todos por isso açatam. Assim é que a fixação do montante da circulação fidu-

ciária e das taxas de desconto e, a par disso, a superior orientação dos fenómenos creditórios incumbe praticamente aos Poderes Públicos, embora a sua execução seja da competência dos bancos emissores. Ora, no caso destas intervenções estatais, não pode haver a mais ligeira sombra de dúvida de que elas se repercutem, directa e indirectamente, em todo o vasto campo da economia por isso que concorrem para a determinação dos preços e dos câmbios. Estamos assim em presença duma acção de direcção da economia que não suscita reparos de quem quer que seja por ter entrado nos hábitos correntes e na psicologia popular.

Aconteceu, porém, que, com o decorrer dos tempos, os bancos foram improvisando outra variedade de moeda, que os tratadistas usam apelar de *moeda escritural* e que, segundo Ansiaux, «nasce sob a forma de aberturas de crédito nos livros, circula por transferências de conta para conta e se extingue por reembolsos que podem fazer-se da mesma maneira». À custa de tal artifício puderam os bancos no período da prosperidade findo em 1929 fazer inflações de crédito que não pouco concorreram para a eclosão da actual crise económica. À acção inflacionista correspondeu, pois, uma reacção sob a forma de um cataclismo económico sem precedentes nos últimos cem anos, mas êste remédio natural afigura-se tão amargo à humanidade escarmentada que, instintivamente, os sequazes de tôdas as escolas económicas se puseram de acôrdo para a defesa da intervenção dos Estados no sentido de regular a emissão da moeda escritural. Já hoje os Estados Unidos da América do Norte exigem para tal efeito a existência de um mínimo de encaixe. A tendência é para a elevação dêste mínimo e para a generalização do preceito a tôdas as nações civilizadas. Outro-sim se alvitra que os Poderes Públicos imponham a todos os bancos, sem distinção, um governador da sua livre escolha e nomeação para que cessem as apreensões daqueles a respeito da política creditória seguida por êstes.

O que vimos de dizer é quanto basta para nos elucidar acêrca do «processus» de que a irónica natureza se serve para zombar dos dogmatismos mais ou menos empertigados dos homens. Ainda recentemente, uma publicação francesa, *Le Mois* de Janeiro do ano corrente, punha em relêvo que o Sr. Flandin, actual Presidente do Conselho em França, por um lado se proclamava em seus discursos acérrimo defensor do liberalismo em todos os seus aspectos, por outro lado obedecera à tendência da direcção estatal da economia quando alcançara do Parlamento a aprovação das suas propostas de lei referentes ao saneamento dos mercados do vinho e do trigo. Um novo exemplo ilustra posteriormente esta estranheza justificada de *Le Mois*: queremos referir-nos à substituição do Governador do Banco de França por outro mais dócil às sugestões e directivas da política governamental.

Quando, porém, se revela mais claramente a fôrça de atracção da economia dirigida no sector monetário é no caso do abandono do padrão-ouro pelos Estados. Se estes possuem vitalidade e recursos materiais de certa importância, servem-se, em tais condições, da moeda como principal elemento de orientação de tôda a actividade económica nacional. A moeda passa a ter dois poderes de compra — um interno, outro externo: segundo o primeiro é maior ou menor que o segundo, assim se excitam respectivamente as exportações ou as importações. Então um governador de banco

emissor, dotado do alto valor técnico de um Montagu Norman, pode tocar o teclado monetário à laia de «virtuose» do piano, assistindo o público às mais surpreendentes e imprevistas sonatas económicas. O duelo monetário da Inglaterra e dos Estados Unidos tem sido qualquer coisa *mirabile visu*.

As repercussões desta política nos países fieis ao padrão-ouro são as mais variadas. Os países que depreciam os seus sinais monetários beneficiam, durante um período mais ou menos longo do chamado «dumping» cambial para a defesa contra o qual se afigura já insuficiente ao comum dos estadistas o revelho «processus» do proteccionismo aduaneiro. Recorre-se por isso, hoje em dia, ao sistema dos contingentes e das proibições declaradas ou ocultas, podendo encontrar-se detalhes a tal respeito no estudo que publicámos na *Vida Contemporânea* sob o título de — «Aspectos objectivos da crise económica». E o mais curioso é que estas práticas anti-naturais e, conseqüentemente, anti-liberais são indistintamente seguidas quer por nações que, como a França, proclama o seu acatamento teórico ao liberalismo económico, quer por nações que, como a Alemanha, o apodam de imbecilidade intelectual. De modo que nos parece justo olhar êste facto como um argumento a favor da adopção nestes estudos de um critério objectivo firmado na observação e na experiência.

Devemos ainda notar que a política do abandono do padrão-ouro e da instabilidade da moeda fiduciária não foi seguida por tôdas as nações cujas balanças de pagamentos se haviam tornado nitidamente deficitários, acarretando com isso o êxodo do ouro enquanto os movimentos dêste se conservaram livres. Outras nações, tais como a Alemanha, preferiram manter a estabilidade oficial das suas moedas em relação ao ouro, realizando coactivamente o equilíbrio entre os seus pagamentos ao estrangeiro e os seus recebimentos da mesma origem, ainda que para isso tivessem de restringir excessivamente o trabalho das forças económicas nacionais e de decretar a moratória para os pagamentos dos encargos dos débitos externos, tanto públicos como particulares.

Assim, pois, o entrelaçamento dos fenómenos económicos originou por vezes situações tão complexas que os governos só encontraram para elas soluções de um dos dois tipos precedentemente referidos. Qualquer dessas soluções atribui, porém, ao Estado uma função orientadora da economia nacional em que se chega a descer ao detalhe. Muitos tratadistas foram levados, por conseguinte, a pensar que as expressões economia dirigida e moeda dirigida poderiam tornar-se equivalentes, já que é pela utilização do mecanismo monetário que a intervenção do Estado na vida material das sociedades se torna mais fácil. Em nosso entender, êste modo de encarar o problema representa uma visão restrita de um panorama amplo, mas, em todo o caso, não quisemos omiti-lo aqui.

Por último frisaremos que em dois artigos publicados por Lucien Romier em 4 e 5 de Fevereiro dêste ano no jornal francês *Le Figaro*, êste economista pôs em relêvo o facto de as crises monetárias levarem os particulares ao entesouramento do ouro, determinando-se assim o seu progressivo encarecimento traduzido na baixa dos preços. A escola liberal, à que pertence Lucien Romier, cuida que se deve resolver o

problema pelo regresso puro e simples ao padrão-ouro. Como êste remédio não pode, porém, tomar-se em tôdas as emergências, os governos tratam de adoptar medidas coercitivas — vidé o caso dos Estados Unidos — atinentes a reduzir a amplitude desta tesaurização particular. E, assim, a bola de neve das intervenções estatais vai crescendo, crescendo...

4. O aumento do sector da riqueza socializada

É da essência do liberalismo económico que a parte dos capitais fixos e móveis detida pelo Estado seja reduzida ao mínimo possível, devendo circunscrever-se em princípio aos bens destinados por sua própria natureza à fruição comum da colectividade, aos imóveis e móveis necessários para a instalação e funcionamento dos seus serviços e aos meios fiduciários indispensáveis para lhes assegurar vida financeira sem preocupações imeditas. É ainda da essência do liberalismo económico que o Estado reduza ao mínimo as suas funções de carácter pròpriamente económico, devendo confinar-se de preferência ou, antes, quási exclusivamente num papel policial.

Esta última particularidade força-nos a definir, antes de nos alongarmos em considerações dela decorrentes, qual seja o conceito de *serviço público de carácter económico*. Atribui-se esta designação às organizações cujo fim consista em promover por forma regular e contínua a satisfação de necessidades económicas permanentes e gerais, recorrendo por isso à autoridade do Estado. A característica comum de todos os serviços públicos é o facto de a sua exploração se fazer em regimen de monopólio geral ou local, o que importa uma restrição de concorrência que afecta fundamentalmente a economia liberal. E isto é tanto mais grave quanto é certo que aquela definição de serviços públicos de carácter económico é suficientemente elástica para que, sem esforço, possa caber dentro dela grande parte dos ramos da actividade material dos homens, tais como : as instituições bancárias, os transportes ferroviários e marítimos, os correios e telégrafos, os telefones, as indústrias mineira e pesada, a própria agricultura, a moagem, a panificação, o comércio de géneros e artigos de primeira necessidade e *tutti quanti*...

Qual foi, por conseguinte, o critério que levou o Estado a arvorar alguns dêstes ramos em serviços públicos, deixando os outros entregues ao livre jôgo da concorrência? Em boa verdade não se pode dizer que se haja atendido, por exemplo, a serem mais prementes as necessidades a que se pretendia dar satisfação por aquela forma. A necessidade de comer pão não é de grau inferior à necessidade de fazer chegar uma carta ao seu destinatário, e, contudo, existe um serviço público postal e não existe um serviço público para o fabrico e venda de pão. A regularidade e continuidade de que tanto falam os mestres para a caracterização dos serviços públicos não podem pôr-se em paralelo com a regularidade e continuidade quási mecânicas de muitas organizações económicas particulares, entre as quais citaremos como das mais delicadas e perfeitas a do comércio internacional dos trigos, tão exaltada pelos economistas de língua francesa em seu congresso de 1933.

Profundando bem o assunto, reconhece-se que, para a determinação da natureza

dos serviços públicos de carácter económico, não se seguiu um só critério, mas se adoptaram, consoante os casos, dois critérios diametralmente opostos. Nuns casos, como nos dos serviços postais, telegráficos, telefónicos e ferroviários, pretendeu-se acautelar o interesse público, pondo os particulares a coberto da falta de concorrência em ramos de economia que exigem para a sua montagem e funcionamento largos capitais, pois, sem êsse intervencionismo estatal, aqueles ficariam à mercê da sôfrega ganância das emprêsas exploradoras. Noutros casos, pretendeu-se, ao invés, drenar para os cofres do Estado os largos lucros resultantes do exercício de certas formas de actividade que não visam a satisfação de necessidades humanas de primeira ordem e que até não raras vezes, como no caso dos monopólios do tabaco, tendem a tirar partido de vícios mais ou menos generalizados entre as grandes massas populacionais. Se nos primeiros casos que citámos a noção do lucro deve estar ausente da organização dos serviços públicos, já nos últimos tal noção constitui, incontestavelmente, o seu móbil fundamental.

A criação de um novo serviço público de carácter económico representa sempre o esforço da tendência para se desviar o Estado da sua função policial, transformando-o numa das múltiplas entidades de cujo concurso resulta a vida económica nacional. A cada amplificação dêstes serviços os partidários das ideas médias do século passado choram, como Mário, sôbre as ruínas de Cartago do liberalismo. E, sequer ao menos, êles pretendem que êstes serviços sejam organizados de modo que o Estado se conserve, o mais que fôr possível, ausente da sua administração. Assim é que, ao lado dos serviços em *régie* e dos serviços autónomos, encontramos os serviços concedidos a emprêsas particulares.

Em qualquer destas hipóteses, a economia liberal sofre, praticamente, na sua pureza certo número de atentados. Ora, com o rodar dos tempos, vem-se, ainda por cima, verificando que alguns dêstes serviços concedidos deixaram de tornar-se lucrativos. Tal é, por exemplo, o caso dos transportes por via férrea, com ou sem electrificação. Em face desta circunstância, certos Estados optaram pela rescisão dos contratos de concessão, outros vão fazendo face aos *deficits* dos orçamentos ferroviários com as receitas públicas, finalmente outros, não curando de averiguar as trágicas repercussões dos aumentos de tarifas no complexo da economia nacional, vão promovendo à custa de tal expediente um precário equilíbrio das contas das emprêsas de caminhos de ferro. Na melhor das hipóteses, o capital accionista destas entidades perdeu, de há muito, a esperança de receber dividendo. Isto origina, portanto, uma tendência no sentido de que êstes e outros serviços concedidos se transfiram para a administração directa do Estado.

Mas há mais. Outros ramos da actividade económica, vivendo até hoje em régime de liberdade, deram em ter igualmente explorações deficitárias, com a agravante de que alguns têm por finalidade a satisfação de necessidades gerais e permanentes. Assim está acontecendo, por exemplo, com a maior parte das companhias de navegação, que se sentem impotentes para fazer face aos gastos enormes requeridos pela rápida substituição de frotas mercantes que os surpreendentes progressos da técnica condenaram a uma vida muito curta. Acrescente-se que a elevação dos fretes mari-

timos não pode ultrapassar certa medida. À custa de subvenções do Estado, estes organismos lá se vão arrastando como Deus é servido, mas de modo algum podem tornar-se centros de atracção de capitais privados, desiludidos já de miragens marítimas de lucro. Sendo isto assim, é lógico que estas emprêsas acabam, também elas, por ser substituídas por um serviço público, já que o Estado é e deve ser o único capitalista para quem a idea do lucro é acessória.

Pelo que toca aos bancos, tivemos já ensejo de ver que as intervenções do Estado na regulação da sua mecânica se vão tornando cada vez maiores. Irresistivelmente, os bancos emissores particulares tendem a transformar-se em organismos do Estado, havendo mesmo quem defenda a monopolização integral, em proveito dêste, de tôda a função bancária. Encontra-se, por outro lado, até entre os elementos mais esclarecidos da burguesia quem sustente tese idêntica no que respeita ás indústrias mineira e pesada que, além de corresponderem à satisfação de necessidades prementes da colectividade, se têm transformado, pouco a pouco, em factores essenciais da defesa da integridade da pátria nos seus aspectos económico e político.

Deve ainda observar-se que a desconfiança geral acêrca da solidez das entidades bancárias particulares tem levado aos balcões dos institutos de crédito que são pertença do Estado a maior parte dos depósitos. Êstes organismos alargaram correlativamente a sua função de prestamistas, e, por virtude da crise, assistiu-se à congelação da maior parte dos seus créditos. O prolongamento desta situação catastrófica tem-nos levado a influir na evolução dos negócios dos seus devedores — quer directamente por meio de administradores da sua nomeação, quer indirectamente por meio de directivas e de fiscalização.

O sector socializado da capitalização nacional vai crescendo por todo êste conjunto de circunstâncias e as intervenções estatais multiplicam-se, sem se obedecer — repetimos — a um propósito inicial de direcção, o que não impede esta de surgir na hora própria em virtude do imperativo categórico do fenomenalismo económico.

5. As concentrações de capitais e a livre concorrência

Karl Marx previu, com muitas dezenas de anos de antecedência, o fenómeno das concentrações capitalistas, característico da era contemporânea. É, porém, inegável que o genial semita o concebeu na sua estrutura interna por forma diversa daquela com que êle, na realidade, se nos apresenta. Imaginava Kal Marx que as grandes acumulações de capitais operariam nas mãos de um reduzido grupo de indivíduos, quando, de facto, elas resultaram, para os diversos povos quer de fusões, quer de trustificações, quer de cartelizações de entidades económicas, quer ainda do emprêgo simultâneo de alguns ou de todos êstes meios. Ao contrário ainda do pensamento de Karl Marx, a direcção das máquinas económicas nacionais não incumbe na actualidade aos detentores do capital, mas sim a um escol de especialistas em matéria administrativa, que se fazem assistir por técnicos e que se não esquecem de prestar a maior atenção às descobertas laboratoriais.

Qual será a razão desta dissonância entre a hipótese marxiana e os factos reais?

É que esta acumulação capitalista não foi determinada principalmente, como sonhava Marx, pela competição desenfreada dos detentores dos capitais no tablado nacional, mas sim pela competência económica internacional dos diversos Estados. Recorde-mos que a guerra de 1914-18 viera relegar para plano muito secundário a disputa dos grandes mercados consumidores internacionais. Durante êsse trágico parêntesis nasceram novas indústrias em países outrora tributários do estrangeiro, alterou-se, no que respeita ao movimento do comércio externo, a relatividade das posições dos diferentes povos. Finda a guerra, restauradas as máquinas produtoras internas, as nações beligerantes lançaram-se com entusiasmo à reconquista da sua antiga clientela. Para poderem concorrer em melhores condições, necessário se tornava, porém, que seguissem o exemplo dos Estados Unidos que, desde o comêço da guerra, vinham organizando a sua produção em bases científicas, isto é, para empregarmos a terminologia em moda, que a vinham racionalizando. Ora êste efeito obtem-se à custa da estandardização e da redução do número de tipos industriais ou por acordos particulares ou por imposição dos Poderes Públicos e à custa ainda da deminuição da percentagem do trabalho humano em relação ao trabalho mecânico pelo desenvolvimento quási ilimitado do espírito de invenção conduzindo à descoberta das mais imprevisas aplicações práticas dos princípios científicos. Quem se interessar por assuntos desta natureza pode encontrar alguns dados curiosos e algumas observações sugestivas no nosso trabalho — «a técnica e as transformações sociais contemporâneas».

Esta luta de nações no campo da economia levou, pois, os capitalismos de cada um dêstes sectores internacionais à conjugação e sistematização dos seus esforços por virtude da mesma necessidade que leva os partidos políticos hostis a entendimentos mais ou menos íntimos em caso de guerra. E assim as disputas intestinas do capitalismo atenuaram-se, e os interesses nacionais ameaçados colocaram-se sob a égide do Estado, subordinando-se, quási sempre voluntariamente, à sua direcção. Ao espírito interno de disputa sucedeu, pois, por assim dizer maquinalmente, o espírito de cooperação.

A época contemporânea é, por conseguinte, caracterizada na ordem económica pelo aparecimento de grandes associações produtoras e comerciantes. Ora os participantes no congresso de 1933 dos economistas de língua francesa não podiam desconhecer esta realidade. Vejamos as dúvidas que ela suscitou no espírito de um dos mais ilustres dentre êles, Edgard Allix, professor da Sorbonne e um dos dois presidentes de sessão do mesmo congresso. Disse êle:

«Outrora não havia obstáculos para o jôgo da concorrência natural. O papel de polícia do Estado estava bem definido: não tinha senão que assegurar a lealdade dos preços e impedir que ela fôsse falseada por manobras dolosas.

«Hoje constituíram-se aqueles agrupamentos a que muitos dos nssos colegas aludiam esta manhã. Não haverá já uma economia dirigida, não pela autoridade pública, mas pelas colectividades privadas e que põe certos obstáculos ao livre funcionamento das forças económicas?»

«Por exemplo, os preços deixam de ser livres quando tal ou tal sindicato de produtores vem dizer aos retalhistas: «os srs. venderão os nossos artigos a tal preço».

A venda faz-se então a um preço imposto. Do mesmo modo, a livre concorrência já não funciona livremente num regímen em que, em caso de crise, o produtor não pode comprimir os seus preços de custo porque, quando quer reduzir a tarifa dos salários, é obrigado a capitular diante dos agrupamentos operários que lhe dizem: «os salários são intangíveis. não admitimos que sejam reduzidos».

«Do mesmo modo ainda, a concorrência cessa de funcionar livremente num regímen em que uma empresa que quer fundar-se, um comerciante que quer estabelecer-se deparam com a resistência de todos os comerciantes concorrentes já agrupados e coligados contra o intruso.

«Em tais condições, em que é que se transforma o papel de polícia do Estado se êle vê fixar pela associação dos interesses particulares certos preços, certas tarifas, certos métodos de produção? Êle é levado naturalmente a dizer: «êstes preços, estas tarifas, êstes métodos, que são fixados em consideração de interesses particulares, pretendo eu fixá-los inspirando-me no interesse geral».

Edgard Allix é um espírito brilhante e profundo, mas enfeudado à mística do liberalismo económico. Pôsto assim o problema por êle, os seus colegas, relegando o seu exame mais atento para o congresso seguinte, procuraram, em todo o caso, diminuir-lhe desde logo o alcance com a alegação de que o sector da economia associada, até mesmo nos grandes países progressivos, é mais restrito que o sector constituído por pequenas empresas e por produtores e comerciantes individuais cujos movimentos se conservam livres. Magro argumento êste! É evidente de per si que a influência das «ententes» económicas há-de ser forçosamente muito superior à dos elementos desconexos da economia, porque na luta entre a organização e a dispersão aquela acaba sempre por vencer, ainda quando não esteja em maioria. As forças não correlacionadas apenas poderiam preponderar se, a seu turno, se associassem, mas isso, afinal de contas, constituiria o mais rotundo triunfo da tendência representada por estas palavras — economia dirigida.

Estas «ententes» económicas, quando sobreveem as dificuldades, acolhem-se sob a asa protectora do Estado e requerem a sua intervenção no fenomenalismo económico. Quando, ao contrário, o horizonte se encontra desanuviado, a sua atitude inverte-se, e a sua suprema aspiração passa a consistir em que o Estado não perturbe as suas manobras impeditivas da livre concorrência cujos princípios invocam para melhor a poderem aniquilar. Isto explica que sejam hoje moeda corrente estas duas verdades paradoxais:

1) o liberalismo vem deixando esmagar as liberdades da pessoa humana sob a invocação da própria liberdade;

2) é preciso proscrever o liberalismo para que a pessoa humana possa ser relativamente livre.

Tal como se nos apresenta a situação gerada pelo encadeamento automático dos factos, as economias nacionais ou hão de ser orientadas pelas «ententes» económicas ou pelo Estado. No primeiro caso, verificar-se-á a escravização de quasi todos em proveito de alguns. No segundo caso, verificar-se-á a subordinação de alguns ao interesse de quasi todos. Sob o ponto de vista moral, a segunda solução é, sem dúvida,

preferível. Sob o ponto de vista da utilidade, discute-se muito se o Estado poderá ter a eficiência técnica e administrativa bastante para compensar, quando não ultrapassar, as vantagens que para a vida económica dos povos resultaram, na segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, duma maior liberdade das iniciativas individuais. Mas isso é outra história de que adiante nos ocuparemos.

6. O fenómeno do desemprego

Mesmo em épocas normais e ainda mesmo em épocas de prosperidade, existe na indústria uma massa de operários sem colocação, constituída pelos adultos que tentam empregar pela primeira vez a sua fôrça de trabalho e pelos assalariados em transes de mudar de ofício, quer por iniciativa própria, quer sob a pressão das circunstâncias. Por sua vez, nas épocas referidas, a capacidade de utilização dos trabalhadores manuais na agricultura varia com as estações e, por isso, há no decurso do ano meses de carência e meses de excesso de mão-de-obra.

Êste fundo endémico de desemprego nada representa em comparação com as avalanches de operários sem trabalho que, de há doze anos a esta parte, vêm rolando pelo mundo. Observe-se, de resto, que êste fenómeno não é sincrónico com a crise: nasce antes dela, o que não quer significar que se não agravasse com ela, e de certa forma pode classificar-se como um aviso sugestivo enviado pelos deuses atentos aos homens desprevenidos. Os homens é que não souberam ou não quiseram interpretá-lo convenientemente.

As formas catastróficas do desemprego originaram-se nos maravilhosos progressos da técnica e na lamentável incapacidade do capitalismo para adoptar a única solução possível para tão grave problema: o abaixamento do número de horas da semana de trabalho até ao ponto de poderem encontrar colocação todos os «chomeurs» gerados directamente pela racionalização industrial e que constituem a chamada «parcela irreductível do desemprego». O fenómeno agravou-se posteriormente por virtude da crise e a fracção correlativa dos sem-trabalho só poderá ser eliminada pelo regresso consecutivo à normalidade. Mais uma vez relegamos os leitores curiosos para o nosso livro sobre «a técnica e as transformações sociais contemporâneas» onde o assunto é estudado com atenção e minúcias justificadas pela sua excepcional importância.

Aqui, nestas ligeiras glossas e comentários, o caso é invocado apenas para se acentuar que a não absorpção de avultadas dezenas de milhões de trabalhadores pela indústria, agricultura e comércio dos países civilizados deu nascença a um dos problemas transcendentais da economia contemporânea. Pena foi que os economistas de língua francesa, no seu congresso de 1933, ao fazerem o estudo comparativo da economia liberal com a economia dirigida, se julgassem dispensados de aludir sequer a esta matéria. Pois curemos nós então de remediar tal deficiência.

E' impossível de admitir que as sociedades deixem perecer à míngua algumas dezenas de milhões de desempregados com a enorme cauda das pessoas dêles dependentes. Seria mais do que um crime, porque seria um êrro capaz de fazer sossobrar na anarquia a civilização milenária do Ocidente. Poderá o liberalismo económico ter

a pretensão de resolver êste problema? Se, por obra de magia, o poder de compra das sociedades regressasse à situação dos começos de 1929, a gravidade do problema atenuar-se-ia, é certo, mas persistiria «a parcela irreductível do desemprego», não falando já no seu fundo endémico que não é de considerar. Ora o desaparecimento da sobredita parcela não pode ser determinado pelo simples jôgo da concorrência interna: tem de ser perseguido não no plano nacional, mas sim no plano internacional, sem, de resto, se dar tempo à criação de situações de facto a consagrar, com ligeiras correções, por um acôrdo pluri-lateral. Firmado tal acôrdo, cada uma das nações sinatárias teria de o impor coactivamente ao conjunto da sua organização económica, o que, sem possibilidades de dúvida, exigiria tôda uma série de rápidos ajustamentos só possíveis em regímen de economia dirigida.

Note-se por outro lado que, na situação a que se chegou, o aumento do poder de compra das sociedades é difficil de conseguir-se com o emprego dos métodos do liberalismo económico. A crise acabará — asseveram alguns — quando subirem os preços das matérias primas para que cresça assim correlativamente a capacidade aquisitiva das regiões não industrializadas — fenómeno êste que arrastaria a alta dos preços por grosso da produção industrial. Mas desta maneira só poderia amplificar-se a massa dos assalariados se o aumento dos preços fôsse mais acentuado para as matérias primas do que para os produtos acabados, o que implicaria ou a manutenção do nível nominal dos salários ou então uma elevação dêstes quasi insensível. Ora, por virtude desta circunstância, não se infere daquele fenómeno que o poder global de compra do proletariado houvesse de subir necessariamente.

Com efeito, sejam n e N respectivamente o número de assalariados antes e depois do seu acréscimo, situações estas a que corresponderiam poderes individuais de compra representados respectivamente pelas letras P e p . Os poderes de compra globais das massas operárias seriam respectivamente nP e Np . Ora pode acontecer que seja

$$Np \leq nP$$

bastando, para tanto, que seja

$$\frac{N}{n} \leq \frac{p}{P}$$

Desenganemo-nos. Para que a crise acabe e com ela a anormal excitação do desemprego, torna-se indispensável a intervenção do Estado com o objectivo não só de intensificar, inicialmente, a actividade nacional por processos de artifício, mas ainda de reduzir — repetimos — o número de horas de trabalho em harmonia com o pensamento já exposto. É certo que a primeira destas medidas se não tem mostrado até hoje fértil em resultados práticos. É que a sua falta de conjugação com a segunda medida não tem permitido a absorpção de massas de *chomeurs* em doses suficientes para provocar o renascimento da confiança — condição *sine qua non* para o regresso a uma situação económica normal. No fundo a causa primária dos nossos males é que uma época catastrófica, uma época essencialmente revolucionária está

sendo regida por homens com mentalidade conservadora intérpretes dos sentimentos de um passado que opõe à idea da transformação a sua inércia espiritual. Dêste modo os erros de direcção da economia, que não mais poderá ser regida por conceitos de liberalismo, são constantes, o que exige sucessivas rectificações.

Êste caso do desemprego é dos mais elucidativos acêrca do que deva pensar-se sôbre a sorte da economia liberal. Um povo civilizado — insistimos — não pode conservar-se indiferente à agonia física e moral de desmedidas catervas humanas que não conseguem encontrar emprêgo para a sua fôrça de trabalho, mau grado as acções e reacções do meio dentro dos princípios da neutralidade estatal. A única maneira de solucionar a questão, salvando ainda a fachada do liberalismo durante algum tempo é a que adopta a Inglaterra e que consiste em subvencionar os sem trabalho por uma caixa adrede criada cujos *deficits* são cobertos pelo Estado. Dêste modo a nação inteira toma a seu cargo o sustento dos indivíduos condenados à inércia pela defeituosa estruturação do corpo social. Trata-se, como se vê, de um sistema sem dúvida humanitário, mas injusto por isso que faz suportar a todos as consequências de uma situação determinada pelos procedimentos pouco clarividentes de alguns.

O sistema seguido pelos Estados Unidos para o ataque dêste problema, resume-se, quási exclusivamente, na execução de planos colossais de trabalhos de fomento ; já dissemos da sua ineficácia e apontámos sumariamente as causas dela. O sistema germânico, êsse consiste em provocar a incorporação de certo número de assalariados, com decréscimo de salários médios para não fazer subir excessivamente os custos da produção, e ao mesmo tempo, em intensificar a política do fomento, conjugando estes dois procedimentos com a concessão de subvenções módicas. Note-se que, a-pesar-da sua notória repugnância a tal respeito, os Estados Unidos já vão inscrevendo igualmente em seus orçamentos verbas para socorros aos desempregados.

Assim, pois, os métodos adoptados por estas duas grandes nações — os Estados Unidos e a Alemanha — representam o reconhecimento da necessidade da intervenção constante e sistemática dos Poderes Públicos para correção de situações originadas pelo mecanismo da economia liberal.

7. Recapitulando e concluindo

Procuremos reduzir o exposto a fórmulas claras e sucintas :

1) A doutrina liberal, em tôda a sua pureza, exigiria por banda do Estado a mais rigorosa e imparcial neutralidade em matéria económica, mas a defesa da própria independência nacional e o desejo de atenuar a intensidade das acções e reacções dos interêsses materiais discordantes, quando elas, pela sua violência, ponham em perigo a ordem social, impelem os Estados para o intervencionismo, traduzido na diminuição do número de graus de liberdade da economia.

2) Uma das formas mais antigas da intervenção é o protecçãoismo aduaneiro, dependendo, em grande parte, do valor absoluto e relativo dos direitos pautais a estrutura dos sistemas económicos das nacionalidades.

3) Outra das modalidades de que por tóda a parte se reveste a tutela dos Estados sôbre a economia consiste na auto-atribuição do papel de regulador dos fenómenos monetários, competindo-lhes assim a autorização das emissões e a aprovação das taxas de desconto e das directrizes da política creditória dos bancos emissores, com tendência crescente para sujeitarem a apertadas regras a criação da chamada moeda escritural e para orientarem a evolução dos câmbios sobretudo em caso de abandono do padrão-ouro.

4) A noção de serviço público ganha cada vez mais amplitude, o que conduz ao decréscimo do sector relativamente livre da economia, com a agravante de que os serviços concedidos a emprêsas particulares tendem a passar para a administração directa dos Estados — fenómenos êstes que acarretam o acréscimo lento, mas incessante do sector socializado da fortuna nacional.

5) A evolução das sociedades sob o signo do liberalismo económico conduziu irresistivelmente o capitalismo a concentrações crescentes, realizando-se assim associações de entidades industriais, agrícolas e comerciais, que dominam os mercados e estrangulam, de facto que não de direito, a liberdade da concorrência, o que força os Estados, por um critério elementar de justiça, à defesa dos consumidores por meio de medidas nem sempre eficazes e oportunas, valha a verdade.

6) Aos progressos excessivamente rápidos da técnica não tem correspondido por parte do capitalismo a necessária velocidade de adaptação, resultando dêste atraso a epidemia do desemprego, logo seguida duma crise assoladora, para fazer face à qual os próprios interessados na manutenção do liberalismo económico se vêem forçados a reclamar o auxílio e a intromissão dos Poderes Públicos.

7) Pelo conjunto de circunstâncias que vimos de apontar, tem-se multiplicado em todos os sectores da economia as intervenções estatais, algumas com carácter de permanência, o que obriga à criação de órgãos administrativos igualmente permanentes e à improvisação, mais ou menos apressada, de directrizes e de planos, de início fragmentários, sendo, porém, de prever que os Estados acabarão por ser conduzidos à adopção de princípios gerais orientadores do seu intervencionismo e à elaboração de planos referentes a períodos longos, e a tódas as formas de actividade material dos povos.

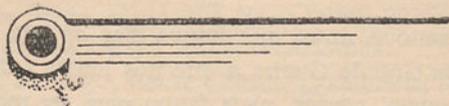
8) Se interpretarmos literalmente a frase «economia dirigida» hemos de chegar à conclusão de que o respectivo conceito só pode aplicar-se a um régimen integralmente socialista, mas, se a interpretarmos como tendência irresistível, para nos aproximarmos com velocidade crescente daquele limite, aliás inatingível, então poderemos afirmar sem ambages que tal sistema económico vigora já nas sociedades civilizadas.

9) O argumento de que o intervencionismo estatal se reveste freqüentemente de certa inconsciência, através da qual não é possível descortinar um propósito de direcção, não colhe por isso que nesses casos o intervencionismo, começando por ser

oportunismo mais ou menos instintivo, há-de acabar por adquirir consciência e, por conseguinte, intenção directora.

Estas são, em suma, as observações que nos foram sugeridas pela leitura dos trabalhos do Congresso de 1933 dos economistas de língua francesa. Tais como nos acudiram ao espírito assim as entregamos ao exame atento dos leitores que ainda possam ter estas nossas áridas locubrações espirituais.

19-III-935.



**Este número foi visado
pela Comissão de Censura**



VIDA COLONIAL

ROVUMA

Por A. PRESTES SALGUEIRO

21, 23 E 27 DE MAIO

Jornadas da Marinha de Guerra Portuguesa

Faz êste mês dezanove anos que houve dias de luta nas águas do Rovuma, pequenos episódios dessa Grande Guerra a que nos levou a defesa do património colonial, ao último dos quais, porém, nada faltou para ter todo o relêvo das grandes operações, desde a importância e dificuldade do objectivo à extensa lista dos que morreram no cumprimento do dever. Forçoso era que operações de guerra conduzidas de tal maneira, redundassem em fracasso mais ou menos trágico; no entanto, o soldado português soube caminhar, sereno e heróico, para uma morte certa, confirmando as altas qualidades que sempre o caracterizaram e são apanágio nobre da nossa raça. Por seu turno, o marinheiro, pôsto bem à prova durante aqueles dias, manteve bem alta a tradição de valentia e patriotismo que é todo o orgulho e honra da gente de alcaxa de todos os tempos: «Honrai a Pátria que a Pátria vos contempla», diz a divisa da Armada, e, na verdade, o marinheiro vive sempre na convicção de que tem cravados em si os olhos atentos da Nação inteira.

Comemorando tais dias, lembrando os seus mortos ao culto de todos, e como incentivo e lição para os novos, recordemos hoje êsses episódios.

*

Recuperado o triângulo de Quionga, de que revoltantemente nos esbulhara a Alemanha em 1894, pelo avanço decidido das nossas tropas expedicionárias no Niasa, portugueses e alemães defrontavam-se nas margens do rio limítrofe das suas res-

pectivas colónias de Moçambique e Tanganica. Vigiavam-se por sôbre a barreira fluvial as sentinelas avançadas das duas fôrças beligerantes; estabeleceram-se postos numa e noutra margem, e de um e outro lado preparavam-se as coisas para a guerra que, a bem dizer, só então ia iniciar-se.

Chegado recentemente ao Índico o *Adamastor*, êsse já desaparecido cruzador que ao afocinhar mergulhava no oceano a barba esqualida da sua camoneana caranca de proa, logo os seus serviços foram requeridos para as operações a levar a cabo durante a então incipiente e favorável estação, das duas em que o regímen das monções divide o ano por aquelas paragens, dando a uma a benignidade primaveril e a salubridade do seu clima sêco e fresco, e a outra os rigores do calor e das chuvas com a decomposição miasmática conseqüente que é o flagelo implacável da raça branca. Eu lembro-me bem do nosso alvoroço e contentamento, o da gente moça de bordo, ao recebermos em Lourenço Marques a nova da entrada de Portugal na Grande Guerra; íamos poder dar à Pátria a cooperação devida do nosso esforço, com a honra suprema de expormos a vida; íamos poder demonstrar, enfim, a razão de ser da profissão que escolhêramos e a legitimidade do nosso orgulho pela farda que envergávamos. Chegámos até a desejar um encontro do Koenisberg ou do Emden, já então de renome histórico, com o obsoleto e quási inofensivo barquinho em que navegávamos!

Por isso, quando da abalada para o norte daquela nossa província ultramarina, foi sem saudade que deixámos a aprazível e cativante cidadezinha sua capital, por nos sorrirmos de glória, dessa glória que era o nosso nobilíssimo sonho, as embora inóspitas praias e sertões das baixas latitudes africanas.

Inhambane, Sofala ao largo, Beira, Chinde, Quelimane, Moçambique, Pôrto Amélia, Ibo e por último Tungue, à ilharga do Cabo Delgado, todo o rosário sagrado daquele pedaço da nossa terra percorrido a caminho do dever; no fundo dessa baía triangular, à sombra das ilhas fronteiriças, Palma, a desolada, quartel general e base das nossas fôrças em operações, verdadeiro cemitério de gente branca.

Dias depois, dobra-se o Cabo Delgado para o norte, comunica-se de passagem com Quionga, a recém-vinda à nossa legítima posse, e chega-se por fim à baía do Rovuma que, em semi-círculo perfeito, abre os seus arenosos braços para um e outro lado do rio que lhe empresta o nome e nela desagúa após um trajecto de centenas de quilómetros, desde as proximidades do imenso lago Niassa.

Um reconhecimento em escaler à barra logo recebe os primeiros tiros das patrulhas de vigilância do inimigo. Mas o *Adamastor* aproxima-se quanto pode e no dia seguinte, 21 de Maio, pela manhãzinha, uma esquadilha de escaleres a vapor com baleeiras a reboque, transpunha a barra a subir o rio. Iam nêles três guarda-marinhas, o autor destas linhas e êsses dois rapazes tão diferentes um do outro e tão iguais no heroísmo, no culto das suas fardas e no amor à Pátria: Maia Rebelo, atlético, anguloso, de maxilares pronunciados, sobrolho carregado escurecendo um olhar penetrante e quási duro à fôrça de energia, e Rodrigues Janeiro, pequeno de estatura, mais débil que forte, de rosto sereno e olhar suave espelhando a bondade imensa da sua alma e a doçura extrema do seu carácter.

Ao que ia a esquadilha? Ao certo não o sabíamos mas para o considerarmos

uma aventura bem desnecessárias eram as curiosíssimas instruções escritas que recebêramos. De resto pouco isso importava ao nosso espírito juvenil, alheado, para mais, de tôdas as apreensões e responsabilidades do mando; íamos para a guerra e isso nos bastava e encantava, e, tanto, que largáramos de bordo do velho cruzador cheios de entusiasmo e aos vivas a que só a distância puzera fim.

Varejando a margem alemã por imposição categórica das citadas curiosíssimas instruções, como a desafiarmos o inimigo do alto... da nossa manifesta inferioridade, fomos subindo o desconhecido e baixo rio, desencalha aqui para enxurrar acolá, zigzagando forçadamente naquela embaraçosa e perigosa estrada líquida de um escasso quilómetro de largo, a aproximarmo-nos, por vezes, comprometedoramente da margem inimiga; por felicidade não nos estavam esperando ainda, bem entrincheirados, em nenhum dêsses locais de onde dias antes haviam sido alvejados uns pangaiois carregados de mantimentos para os nossos postos, e onde a terra firme irrompia até à água através dos lodaçais e do mangal cerrado que, em larga faixa, constituíam quasi consecutivamente as margens do rio.

Por fim, após longas horas de exaustiva navegação avista-se, no alto de um imbondeiro, a bandeira verde-rubra do pôsto português de Namaca, pendendo, imóvel, naquele calmoso entardecer; em frente, do outro lado, destacava-se por entre o arvoredado a construção de alvenaria de uma pequena fábrica que nos fôra indicada como o primeiro pôsto alemão.

Então, como querendo, por viril pejo, compensar o ridículo da nossa agressiva singradura com a beleza de um gesto temerário, êsse, sim, próprio da nossa juventude e inteiramente da nossa autoria, instintivamente, sem combinação alguma entre nós, tanto a aventura nos estava na alma e no sangue e no-la tornavam propícia as circunstâncias, aproámos todos três, os guarda-marinhas, ao pôsto alemão e, redobrando o fogo, num ápice nos encontrámos atracados a essa margem inimiga, sem que um escasso fogo de fusilaria que dela nos fôra feito conseguisse sequer deter-nos um momento.

Maia Rebelo salta resolutamente em terra de pistola em punho, à frente de meia dúzia de marinheiros de baioneta em riste, enquanto os restantes lhe guardávamos a retirada de armas aperradas; vê entrincheiramentos, valas de comunicação e encontra sinais de fuga precipitada da pequena patrulha que não pudera impedir o nosso desembarque. O pôsto alemão estava, pois, por obra de um feliz acaso, à nossa disposição. E foi assim que nós entrámos no Rovuma.

Infelizmente, aquela temeridade bem sucedida não pôde ser aproveitada. No pôsto português de em frente, da guarnição que os rigores do clima dizimaram só restava válido um punhado de soldados e quaisquer reforços apenas poderiam vir de Palma, através de mais de uma centena de quilómetros de pântanos e areias. Coisas dessas operações de guerra... combinadas, ou, por outra, para continuar no mesmo propositado teor do relato, coisas de rapazes que no seu entusiasmo insensato se esqueceram de que em guerra nada deve fazer-se sem objectivo premeditado e concertado. Por isso nos foi forçoso largar aquela ambicionada terra, tão fácil quão inútilmente pisada, antes que o inimigo viesse lançar-nos ao rio.

Dois dias depois, precisamente no mesmo local onde na véspera tinha vindo conferir a um dos escaléres da esquadilha encahado completamente em sêco grosso personagem do alto comando terrestre, ali, a meia distância entre os dois postos e a escassas centenas de metros do inimigo, quis a sorte que êste, apanhando o meu escaler também encahado e ao Janeiro sôlto do reboque a apalpar o fundo em volta a ver para onde nos safaríamos, resolvesse despejar sôbre nós, abrupta e implacavelmente, o fogo quási à queima roupa das suas metralhadoras e fuzis. A água em roda parecia ferver das balas que a repuxavam, enquanto outras, muitíssimas, passavam silvando sinistramente. O canhão do escaler e a metralhadora da baleeira ripostaram de seguida e o resto da marujada só deixava de ter a carabina à cara para lhe meter novo carregador. Estava assim travada acesa mas desigualíssima luta, pois a um inimigo mais numeroso e melhor armado, abrigado nas suas trincheiras em terra, que a vegetação ocultava, oferecíamos nós sôbre o lençol do rio o alvo excelente e bem próximo das frágeis embarcações onde quási todos combatíamos a peito descoberto e onde de resto era impossível procurarmos abrigo, a querermos sair daquele inferno. Apesar disso luta-se brava e febrilmente, talvez mesmo, por fim, desvairadamente mas sem nunca se esmorecer um instante sequer sob aquele ininterrupto vespeiro de balas que, quando não silvavam ao passar, batiam sêco nos madeiramentos ou retiniam esfuracando e ricocheteando nas chapas e ferragens ou iam matando e abatendo a nossa gente. Primeiro foi o cabo da metralhadora da baleeira, êsse bravo, valentíssimo marinheiro, que sem a mais leve protecção visara decidido o inimigo; uma bala atravessa-lhe o abdomen, outra vasa-lhe a seguir um ôlho e êle cai então deixando a metralhadora de cano apontado ao alto; depois, ainda na mesma gracil embarcaçõesinha onde Janeiro incita e anima herôicamente a sua gente acompanhado pelo denodado sargento Sá, outro marinheiro baqueia enovelando-se todo ensanguentado. No escaler, o primeiro que a morte leva é um marinheiro gigantesco, um verdadeiro touro de fôrça a expandir saúde por todos os poros, o crânio horrivelmente esfacelado por várias balas; a seguir, um outro leva as mãos à cabeça como a querer conter a massa encefálica que lhe sai a um lado, e cai pesadamente a um canto; mais tarde, é o artilheiro que abandona a peça que o servente logo se apressa a guardar e se acocora no bico de proa apertando a mãos ambas o atingido peito.

A situação era angustiosa e a única salvação estava em fugir dali. Porém, por mais voltas e reviravoltas que a máquina desse nunca o escaler conseguia arrancar do fundo senão para encahar de novo. Sabíamos lá bem, de resto, o que, em tão trágicas e prementes circunstâncias, estávamos fazendo para conseguir navegar! E, entretanto, levada assustadoramente pela corrente para debaixo da bôca das metralhadoras inimigas, a baleeira, já então silenciosa, mais parecia apenas uma tumba flutuante. Todo o raciocínio se nos fôra na tensão nervosa daquele combate desesperado e a tal ponto que nunca chegámos a saber bem tudo o que nêle se passou. Apenas nos recorda que despejámos furiosamente as nossas carabinas, que praguejámos como uns possessos e que nos esforçámos ao máximo por desencahar o es-

caler, sem nunca perder de vista, e bem aflitivamente, a pobre embarcação que se afastava e nos atraía e que por certo acabaria por nos perder a todos.

Salva-nos, porém, Maia Rebelo. Ao ouvir, lá de longe, o metralhar do combate, acorre a toda a velocidade do seu escaler e, rasgando no rio farta bigodeira, em pé à popa a governar, mete-se debaixo do fogo, junta o seu ao nosso esforço e incita-nos e anima-nos com a sua forte voz de trovão. Ao passar, grita-me que me salve que êle iria pela baleeira! E sem parar, sempre debaixo de fogo e sempre fazendo fogo, de pé, êle, para bem ver o caminho, sem a mais ligeira protecção dos pés à cabeça, contorna o banco por montante, desce a passar a menos de uma centena de metros da margem inimiga, lança reboque à baleeira à deriva e salva-a, e salva-se, sem outros mortos além dos que já havia até então.

Sublime gesto, heróico guarda-marinha!

A êle devemos não termos todos perdido a vida naquele trágico batismo de fogo. E foi esta a jornada de 23 de Maio.

*

O inimigo que assim castigara duramente a ousadia da véspera, estava, pois, ali, na nossa frente, esplendidamente entrincheirado. Para isso servira, ao menos, o sacrifício de vidas que fizéramos e para demonstrar claramente a nossa inferioridade nos barcos contra um inimigo em terra que nem sequer localizáramos com precisão. Lógico era supor que o mesmo tivessem aprendido connosco os responsáveis que tudo tinham visto de palanque, e que o tomassem na devida conta para as suas congeminacões e planos.

Três dias depois, porém, dias de trabalho incessante no transporte de víveres pelo rio para as tropas agora regorgitando por aqueles sítios, surpreende-nos a ordem de nos aprontarmos para lhes dar passagem para o outro lado, ali mesmo onde o inimigo acabara de demonstrar ter fortes e bem preparadas posições! De nada serviram as objecções que fizemos a quem de direito. Manda quem pode e a ordem cumpriu-se.

A jornada de 27 de Abril começou de manhãzinha com o troar da artilharia bombardeando a silenciosa margem inimiga, sempre aparentemente deserta. Dizia-se que um qualquer alma do diabo a sôldo informara o quartel general de que o inimigo abandonara na véspera as suas esplêndidas posições fronteiriças e que tal informação fôra tomada como certa, a pesar-da ostensiva concentraçãõ de fôrças do nosso lado! Depois começaram as fôrças a afluír ao areal e logo se apinham as embarcações a mais não poder ser: infantaria negra e infantaria branca. E, à ordem, largam para a outra margem, devendo voltar pelos que ficam aguardando. Passam meio rio e, na iminência de atracarem, a artilharia cessa o bombardeamento. De súbito, ouve-se mais uma vez o múltiplo matraquear das implacáveis metralhadoras inimigas, ao despejarem os seus vespeiros de balas. A confusão é tremenda. Impossibilitados os soldados de meter, sequer, a arma à cara, pelo apêrto em que vão, muitos lançam-se à água a procurarem assim, ao menos, salvar a vida mas não encontrando, a quási totalidade dêles, senão essa mesma morte de que fugiam; outros, mortos já ou mori-

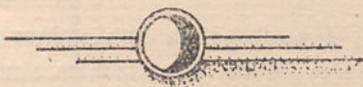
bundos, caem ao rio ou são impelidos a abrir caminho pelos detrás: a bordo de algumas embarcações quási só ficam os que a morte chumbou ao fundo, umas conseguindo ainda retroceder, outras seguindo à deriva só com a morte dentro. Há prodígios de valor individuais, mas o desastre é rápido e completo.

Varrido o rio, como a querer mostrar-nos melhor a excelência das suas posições e o contrasenso da nossa actuação, o inimigo entretém-se depois a varejar os areais cheios ainda de soldadesca, ajuntando assim algumas baixas mais ao longo rol dos já então sacrificados naquela desastrada tentativa. Nunca chegámos a saber oficialmente o número total das vítimas, excepto quanto aos de alcaxa e de botão de âncora. Mais gente do *Adamastor* e também agora da *Chaimite*, canhoneirazinha que chegara a entrar no rio, dera a vida pela Pátria: grumetes, marinheiros, artilheiros, fogueiros, chegadores, gente da armada, bela gente, brava gente. E entre êles o valeroso guarda-marinha António Rodrigues Janeiro, que tão heróicamente cumprira o seu dever naquele dia, como naqueloutro, dias antes, em que tão milagrosa como, afinal, inútilmente Maia Rebelo o salvara.

Para êle em particular que era meu amigo e camarada, cujo alto valor bem conhecia, para os bons e valentes marujos que vi morrer e trago sempre na memória, e para os outros, e para tôdas as generosas vítimas daquela desgraçada acção de guerra, o preito sentido da minha respeitossíssima homenagem ao comemorar hoje tão infaustos sucessos que bem deveriam ter sido motivo para severas e exemplares sanções que mais obrigassem os futuros chefes.

E para os restantes, de todos os que naqueles dias ali estivemos, gente de terra e gente do mar, a minha saudação entusiasta e um mesmo espiritual abraço com que, através dêsse mar imenso que já nos uniu e hoje nos separa, estreito fraternalmente ao peito Eduardo Henrique Maia Rebelo, essoutro guarda-marinha de então, de bravura e patriotismo inexcedíveis, que com a radiosa auréola da sua heróica figura encheu de brilho todo o Rovuma cujas águas tingiu com o seu sangue na última jornada.

Lisboa, Maio de 1935.





VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

PARIS EM 1934

Por ABEL SALAZAR

TANAGRAS

Bois de Boulogne ; dia radioso de Junho.

Sol de verão, matinal : mas êste sol, no seu fulgor pleno de dia de Junho, conserva ainda alguma coisa do valor nostálgico e exótico dos países nórdicos. A sua luz radiosa dissolve-se na bruma azulada que cobre em veladuras o arvoredo do bosque e que aumenta de densidade com o alongar das distâncias. Por forma que os maciços de verdura, os lagos e os chalets, são tanto mais fluidos e cinzentos, azulados e luminosos, quanto mais nos longes se afastam. A distância, no limite em que, sôbre as massas verdes dos bosques, se erguem as colinas de Puteaux e de Susesnes, tudo é magia azul de fantasmas em bruma que o sol pálido e matinal anima duma luz espectral.

Depois tudo aqui é mais verde, mais sedoso, mais nuancé que nos países meridionais, onde a herva, sêca e dura, é áspera de tom e onde o arvoredo, cru nas chapadas de luz, é pobre de côr e metálico : — a nota dominante, nesta paisagem de Bois, é o verde intenso e sedoso, nuancé de todas as gamas, fundido na bruma azul e luminosa que cinzentos argentinos duma fluidez sem par neutralizam e amortecem.

O céu, como sempre, é cinzento pérola com patines de velha porcelana ; é antes uma atmosfera densa que desce sôbre os horizontes e neles se funde, do que uma abóbada perdida nas alturas.

Na calma azul da manhã tranqüila, entre as sombras dos maciços de verdura, saem de autos sumptuosos, polidos e espelhentos de lacas — brancos, brancos e negros, verdes ou negros ou vermelhos — as modernas Tanagras hieráticas e louras, esmaltadas e luminosas, com bôcas onde se diriam que foram esmagadas cerejas, de um vermelho tão candente e voluptuoso, que põe frémitos nos nervos.

No macho geram tais bôcas um sentimento mixto de volúpia e ferocidade

aquilo irrita, no seu acinte sangrento e faz subir à superfície, do fundo do abismo dos instintos, os velhos impulsos crueis e bárbaros, sequiosos de sangue...

Ei-las pois, as Tanagras. Custosas *toilettes*, dum branco mate e nacarado, quasi fluido, aqui e além com chapadas de tecidos negros ou verdes, caem até ao solo em largos panejados, enquanto sob as cabeleiras loiras trabalhadas, com aneis esculpidos por mãos de artista, os grandes chapéus negros de pequena copa, estão colocados no alto da cabeça, a um lado, por forma a fazer fundo ao fulgor de oiro da cabeça, à humidade da sua tez d'esmalte rosado, onde sangra a bôca candente de vermelho e o desenho hierático dos olhos geométricos...

Chapéus negros, luvas negras, sôbre *toilettes* brancas, ao lado duma *carrosserie* branca e negra; chapéus verdes, *toilettes* brancas, ao lado de *carrosseries* verdes, rubras *toilettes* papoilas ao lado de autos papoilas: — harmonias requintadas de tom à Whistler, a que as massas verdes do bosque servem de fundo, sob o palor nacarado dum sol pérola.

Cento e tantos carros, outras tantas harmonias de côr: — e o centro vivo dêste quadro animado é ela, a Tanagra, na sua silhueta esguia de parisiense racé, mais egípcia de linha que helénica, mas com êsse carácter típico das raças loiras, esplendentes de carnação luminosa sob os cabelos de oiro.

Que, por sinal, são agora de prata, em capricho requintado de fantasia feminina...

E são elas as mesmas, afinal, que outrora apaixonaram Watteau, lhe inspiraram as maravilhosas sanguinas, o «Embarque para Cythera»; as mesmas que, outrora, serviram de modêlo aos desconhecidos autores das Tanagras helénicas que dormem hoje nas vitrines do Louvre; as mesmas ainda que, outrora ainda, nos velhos tempos dos Faraós, os artistas egípcios resumiam com alguns traços nítidos dos seus estilos, nas cênas dos túmulos e dos templos...

E são elas ainda que num traço de pincel, sôbre o papel de arroz, os desenhadores japoneses nos mostram, de olhos revirados, e alto toucado, caprichosas como borboletas...

— Fútil... sem dúvida, leitor: mas não é por ventura fútil, duma futilidade sem remédio, a política, a história, a filosofia e a ciência? Não é por ventura fútil, duma futilidade épica, a própria Vida? — Oh, eu tenho momentos em que daria por uma Tanagra o Planeta Saturno, em que daria por ela o Paraíso, e a preferiria ao Padre Eterno...

Porque elas são, as Tanagras, um contínuo pretêxto, uma constante revolta contra o Lugar-Comum e por isso me são simpáticas.

Porque nada mais fatiga, irrita e entorpece, do que o Lugar-Comum: e assim, quando um chapéu se torna lugar comum, quando uma côr, um recorte, uma silhueta ou um gesto é já um lugar comum, Tanagra surge, em protesto, às avessas: — ela é um pouco o arauto da novidade, do contínuo renôvo da vida em movimento...

E, assim, neste momento em que sôbre a velha Europa, cansada e gasta pesa a cinzenta asfixia do Lugar-Comum, neste momento em que, graças ao geral can-

saço, Acácio tomou proporções agudas e épicas ; neste momento em que a literatura, filosófica e mística, ergue nos ares os mais altos pendões, rotos e poeirentos, do Lugar-Comum : nesta época em que, dos velhos armazens da história, saem os cenários teatrais e quixotescos de outrora e em que, ao sol e à chuva, uma tremenda paródia de Lugar-Comum histórico embebeda uma parte da humanidade — neste momento enfim, que todos já «Cansados estamos de soltar o Dó...» — a Tanagra parisiense, aqui no esplendor estival no bosque de Bolonha, em florida primavera de juventude, em caprichosa fantasia de trajar, — dir-se-ia o próprio Símbolo da vida protestando contra o hórrido Lugar-Comum.

— Depois, ela é um protesto do eterno feminismo juvenil contra a masculinização hedionda : o protesto da graça e do espírito, o protesto da fêmea que não quer ser macho ; — é a sedução eterna, o eterno impulso da flor que abre, da borboleta em capricho, da natureza em fantasia de provocação e amor. Ela é enfim, a Tanagra, uma expressão da vida e do amor : e a vida e o amor são incompatíveis com o Lugar Comum : — Acácio e Pacheco não fazem já parte do grande fluxo da vida, mas são apenas dela dejeções...

Que pois vivam, e sejam floridas e eternamente moças estas revolucionárias da moda, estas floridas Tanagras, no hierático arabesco da sua linha racée : — é lei da vida o pântano criar flores, férteis, coloridas e fecundas.

— E assim pensa, creio eu, êste bom povo parisiense. Debruçado sôbre a grade que encerra o concurso de elegâncias, num pêle-mêle pitoresco, onde há de tudo, êle segue com olhos divertidos os incidentes do concurso. A elegância tem para êle, indiscutivelmente, prestígios e sedução. E isso é devido sobretudo à mulher parisiense, a esta valente e corajosa operária de Paris, que num malabarismo difícil, numa prestidigitação hábil, consegue executar as mais pesadas tarefas sem deixar de ser coquette e linda. Recordo-me duma verdadeira moça do mercado de Edgar Quinet que às 7 horas da manhã já descarregava cestos, pranchas e não sei que mais, dum camion, com um desembaraço completo, que não a impedia de ser linda e coquette, tôda enluvada e fresca : loira e bela como uma vedeta de cinema, entre a cacaria do mercado que se armava, ela era uma aparição radiosa de beleza feminina e de graça mas também um exemplo típico da mulher parisiense que pode passar de vendedeira a rainha sem transição. Assim, pela influência exercida sôbre o homem, êste público parisiense, mesmo o operário, se não tem o culto e a compreensão da beleza, como o ateniense de outrora, tem pelo menos o da elegância.

A meu lado um homem, em camisola, com a sua bicicleta, segue as peripécias do concurso : *elle est joli, comme ça...* Uma Tanagra, faustosamente envolta numa fantasia de branco, sob um chapéu enorme, fantásticamente negro, em apoteose de sol e de luz que a enche de reflexos que a lambe de irisações, no esplendor duma juventude loira e rosada, está sendo filmada. Ela desenha com os lábios sangrentos um franco riso que mostra os dentes e tem incontestavelmente a arte de não ser *bête*, nesta situação melindrosa. Tem o instinto da pose, do gesto e do arabesco, e tem a intuição mímica ; por vezes dir-se-ia um Reynolds ou um Ronney, desenhado pela luz em trémulos irisados. E a sua silhueta fina, movendo-se, não

falha no efeito, qualquer que seja a posição e o ângulo visual, pois o desenvolvimento sinuoso dos seus gestos se completa e finda, sem quedas, e passa dum quadro a outro, sem cortes. É uma sinfonia de poses, de arabescos, movimento e luz, de pôr louco um pintor: — por fim estaca um momento, apoiada na borda da carroserie, em tão feliz posição, que os fotógrafos acodem em chusma, bombardeando-a com as suas objectivas. *Tiens, ça, c'est joli*... diz o meu visinho; e uma pequena midinette, mais longe um pouco, está como em êxtasis... Porque é, afinal, uma obra prima delas, das gentis medinettes que são em suma as artistas da moda, êsse Reynolds vivo que os fotógrafos assediam e que as *Actualités* estão filmando: obra prima colectiva do instinto artístico dum povo, singularmente colaborando com as mais requintadas decadências duma sociedade em exaustão, para realizar êste fenómeno social que é a Tanagra.

Fútil assunto repetirá o leitor... Mas não: antes pelo contrário, singular e desconcertante fenómeno, êste das Tanagras, tão singular e desconcertante como é, para o biólogo e para o filósofo, a corola e os seus caprichos...

Sim, em volta de Tanagra gira todo um turbilhão de problemas, em que talvez o leitor nunca tenha pensado...

Para o biologista, ela é um fenómeno que o surpreende, em quási negação das leis biológicas e antropológicas. A mulher consegue, como um meteoro, transpor o tempo, vencer as lentidões evolutivas, suprimir dificuldades, e, numa ou duas gerações, sair do povo, mudar de tipo, transformar-se e cristalizar numa figura estilizada de transcendente elegância hierática. Todos conhecem o exemplo célebre das grandes mundanas, dos manequins e modelos, a órbita fulgurante de certas moças do povo, por vezes até da Zona... Todos conhecem a maleabilidade invisível da operária parisiense, da midinette, que é capaz, em pouco tempo, de se pôr ao lado da mais racée das duquezas... Evolução física, moral, espiritual e dinâmica surpreendente: metamorfose estranha e rápida dum ser, quási se diria uma metempsicose...

Sob o ponto de vista biológico, o fenómeno é surpreendente, inexplicável; sob o ponto de vista social e filosófico, não o é menos. Êle revela, entre outras tantas coisas, a riqueza potencial do povo, a sua meabilidade formadora, o seu poder de *diferenciação*. Por outro lado, vem pôr em evidência tôda a surpreendente flexibilidade da máquina feminina, a sua capital importância nos fenómenos de diferenciação social.

E ainda...

* * *

Estava um dia num pântano uma flor. Ela era colorida e luminosa, no capricho da sua corola de túmidas pétalas carnudas; abria ao sol, com volúpia, sob a sua haste flexível, nem ela sabia porque nem para quê. Que estranho mistério a fizera surgir do pântano, assim fresca e colorida, e que singular odissea lhe estava reservada no mundo? Ela não o sabia, mas sentia a cálida volúpia do beijo do sol, o lirismo do orvalho, pela manhã, gotejando em diamantes, cobrindo-a de riquezas que cintilavam

na luz ; ela conhecia a embriaguez das tardes cálidas e perfumadas de estío, bêbeda de cio no grande espasmo de posse e amor, que fazia delirar a terra. . .

. . . E o pântano, rancoroso, insultava-a, condenava-a, olhava-a como estéril capricho, como fantasia inútil, que era para êle um insulto. Êle que no seu pesado humus tudo gerava, em potente, surdo e charcoso trabalho, assim obrigado a sustentar aquela petulância, tão fresca e juvenil, elegante e radiosa e futil. E o pântano enchia-se de visco, no seu ódio feroz. Como e porque escarneo se gerara aquilo, sob o seu rude empapado humus?

E eis que as abelhas zumbiam, voltejando em tórno da coquette, eis que as borboletas, em caprichosos volteios loucos, vinham beijar. . .

Entre o pântano e a flor começou diálogo terrível: o pântano acusava, a flor defendia-se. Não sabia porque existia, fôra o pântano que a gerara, saíra dêle, não sabia como, nem porque. . .

E o pântano irado, embebia-se de pus, venenoso e pútrido. Numa cava noite negra, uma tempestade furiosa desfez a flor, reduziu o pântano a um magna onde sangravam papoilas. . . E tudo ficou sepulto num caos. . .

E do caos um dia, surgirão de novo papoilas, novas flores, coloridas em caprichos, sôbre o eterno pântano ; e o eterno diálogo, feroz e sem solução, recomeçará no silêncio da selva. . .

Pobres Tanagras, e pobre pântano !



VIDA INTERNACIONAL

A expansão nipónica e o sorvedouro australiano

POR VASCO DA GAMA FERNANDES

A leitura dum interessante trabalho de Antoine Zischka, *Le Japon dans le monde*, sugeriu-me êste artigo. Trata-se dum livro indispensável para a compreensão absoluta do complicado caso japonês que já em números anteriores nos suscitou algumas modestas considerações.

A evolução económica e política do Japão desde 1854 a 1934 é estudada neste volume de 311 páginas com um um cuidado e ponderação admiráveis, procurando sempre colocar os factos e os homens nas suas diversas posições, definindo com precisão os complexos contornos do fenómeno e integrando as realidades nipónicas no quadro vasto da economia mundial para assim melhor se compreender a extensão dos seus reflexos.

Dividido em quatro partes distintas — aspectos do Japão, a expansão para o sul, a expansão para o norte e a expansão mundial — o livro de Antoine Zischka passa em revista minuciosa tôdas as particularidades da vida japonesa. No seu primeiro capítulo o autor descreve o poder sobrehumano das oligarquias do Dai-Nippon que têm nos Mitsui e nos Mitsubishi os seus expoentes máximos, mostrando a sua poderosa influência na vida interna do Estado e a grandeza dos seus serviços externos de propaganda, organizados de forma a competir com os seus melhores congéneres.

No mesmo capítulo é digna de nota a análise judiciosa feita por Zischka aos problemas de superpopulação e organização da mão de obra, ligados intimamente às deficiências da emigração e ao *chomage* aflitivo que se exemplifica na circunstância de se ver frequentemente pelas ruas de Tóquio, um automóvel com dois «chauffeurs», um para guiar e outro para atender os passageiros, e os eléctricos com quatro empregados encarregados da cobrança. Ainda nesta parte do livro, o ilustre escritor des-

creve a influência da miséria rural sobre os métodos de expansão, o poder do exército e o valor tático da sua marinha.

Na segunda parte deste importante trabalho, Zischka fala-nos, com grande número de pormenores, da expansibilidade nipónica para o sul, com as dificuldades da barreira americana nas Filipinas; da importância da espionagem japonesa em Singapura «Le carrefour de l'Orient», da especial situação psicológica das Índias Neerlandesas e por fim na Austrália — «l'espace pour le Japon».

A terceira parte dedica-a o autor ao estudo das condições de fixação japonesa nos territórios do norte, analisando o problema coreano — «le poignard qui menace le cœur du Japon» —; à conquista pacífica da Mandchúria; ao exame da China com a consecução dum desejado plano pan-asiático e à escalpelização do perigo russo, com a industrialização da Sibéria e a bolchevização crescente das populações iusubmissas.

Por fim na última parte do seu trabalho, Antoine Zischka examina o desenvolvimento recente de algumas indústrias japonesas com a correlativa evolução dos processos químicos e físicos.

Conclui o livro pelo estudo dos problemas demográficos, fornecendo aos leitores inúmeros quadros necessários para uma fiel interpretação da miríade de problemas ligados ao Japão moderno.

Chamo a atenção do leitor interessado pelas questões internacionais, dentre as quais o caso oriental ocupa proeminente lugar, para esta obra indispensável.

* * *

De todo o livro o que mais chamou a minha atenção foi o capitulozinho dedicado pelo autor à Austrália nas suas relações com o potentado nipónico. Já tinham chegado até mim vagas notícias dum desejado intervencionismo japonês em terras australianas mas confesso — pela carência de elementos de informação — a minha ignorância dos detalhes desse grande cometimento.

Os dados fornecidos por Zischka proporcionam-me, como disse, este artiguelho.

A Austrália merece bem a cognominação de colónia sem colonos. Numa tão grande extensão territorial a escassez de habitantes é verdadeiramente aflitiva — não chega a sete milhões.

A impressão duma visita à Austrália é de que a civilização tendo deixado vestígios consideráveis, primou em espalhá-los de tal forma que o seu mapa nos dá ideia duma superfície aqui e ali tocada por qualquer minúsculo sopro de vida.

Em Cambera a capital federal, o viajante recebe logo a primeira impressão de despovoamento desse continente. Grandes estradas alcatroadas separam, por dezenas de metros, os edifícios uns dos outros, a estação separada da cidade vinte minutos, o Parlamento a regular distância dos ministérios — com todos estes intervalos despidos de habitações, quais ilhas no extenso mar australiano.

Para bem compreender o problema vejamos que no Japão a densidade populacional atinge 169 habitantes por quilómetro quadrado, 1.000 homens por quilómetro

quadrado de terra fértil e 2.600 homens por um quilómetro quadrado em volta de Tóquio, ao contrário da Austrália onde um oitavo de homem ocupa um quilómetro quadrado, sendo a densidade maior nos terrenos do norte, a menor parte envolta pelos desertos, que sobe a 3.000 quilómetros por cada homem...

Em contradição com o superpovoamento oriental a Austrália vive uma vida relativamente feliz, os seus habitantes fortes e bonacheirões espalhando-se, como resignados madraços pelos seus 69 % de terrenos cultiváveis — num desafio às aflições do seu vizinho insular, apertado no seu arco inflexível.

Lógica seria portanto a ambição nipónica por essas extensões lamentavelmente desertas, avaras à intromissão estrangeira, num monroísmo desesperante que chega a evitar contactos com o elemento neo-britânico e castigar severamente os funcionários que em 1933 se descuidaram na fiscalização das entradas de chineses ansiosos por colocar os seus caprichosos produtos.

Nestas condições a vida australiana é duma uniformidade dionisiaca. Nada de arrelias, nem de canseiras, nem de trabalhos.

Cada um tem o território que precisar, os salários são compensadores pela ausência de concorrentes e a velhice tem a segurança duma remuneração permanente — uma autêntica reforma,

Deixa pacientemente apodrecer o seu grão e desde 12 de Julho de 1932 até a 12 de Setembro de 1933 foram lançadas ao mar nada menos de 8.780 laranjas...

Não aprofunda a terra na pesquisa do carvão. As suas minas são superficiais. Uma visita ao território de Newcastle mostra bem o desprêso do australiano em querer arrancar à gleba aquilo de que não necessita.

A sua produção de lã interessa sobremaneira ao Japão. As suas relações com a Austrália caracterizam-se por circunstâncias especiais.

São dois povos desconfiados. O japonês embevecido com essa planura atraente para a sua multidão não quere dar o braço a torcer, colocando-se numa situação de inferioridade, dando mostras de grande necessidade da produção lanígera da Austrália.

Tanto assim é que na altura em que o Commonwealth elevava as tarifas aduaneiras para a saída da lã, o govêrno de Tóquio voltando as costas à produção australiana procurou compensar-se dessa contrariedade com a obtenção de facilidades de compra nos mercados do Cabo, da Argentina e da Europa.

Os australianos, por seu turno, conhecedores dos desejos do imperialismo japonês, velado sempre por promessas de concórdia e de bons desejos de estreitas interdependências económicas, põe de reserva os seus intentos, vigiando-os nas suas visitas *inocentes* para a pesca de moluscos, sem desprezar uma pachorrenta preparação para um conflito no oriente que os coagisse a intervir.

Sentimos, um profundo respeito pela integridade dos territórios pátrios de cada um.

Mas perguntamos: Haverá alguma coisa de razoável e humano que explique essa extensão desértica australiana, pletórica de riqueza, no momento em que milhares de japoneses esfomeados se amontoam numa promiscuidade aterradora e impossível?

Noticiário Internacional

Atmosfera de desconfiança

Sucedem-se as conferências. Vastos aerópagos protestam, com frenesi, o seu inabalável desejo de defender a paz, de geito a enveredar a Humanidade por sendas de imperecível felicidade. Os jornais enchem-se de artigos onde a guerra sofre tratos de aterrar — qual vampiro que se aprestasse a sugar, voluptuosamente, o sangue debilitado das pobres gerações de agora.

Os estadistas desta Europa combatida confraternizam. Hitler recebe Simon. Mussolini, o ditador, abraça Laval, o ministro duma Democracia. Em Moscovo, no coração do país que proclamou ao mundo a intenção de construir uma nova sociedade dos pés à cabeça, Staline recebe burguesemente Eden.

Concluídas as conversas, a reportagem sófrega atira para a rua colunas inteiras onde se assegura que está tudo de acôrdo, que reina uma paz bíblica em Varsóvia, que os estadistas acordam finalmente em riscar do vocabulário diplomático essa terrível palavra que é a guerra.

Os povos amedrontados — ou não fôsse o povo o bode expiatório de todo este rosário de amarguras — deixam transparecer nas faces congestionadas pelo pavor duma nova e mais sanguinolenta hecatombe, um vislumbre ténue de passageira alegria.

Regressa de novo aos lares aquela doce alegria, fruto da certeza duma nova era de sossego que evitará a todo o transe, a abalada macabra de pais, filhos e irmãos para as incertezas duma luta, sem dúvida mais gigantesca do que a brincadeira inofensiva de 1914.

Chega-se mesmo a visionar nos horisontes confusos da hora, uma alvorada promissora de melhores dias, abatida a crise maltusiana que pretende subverter os corpos e as almas, para sôbre ela erguer, triunfantemente, um novo conceito de vida, novas concepções de moral que tragam ao homem aquele mínimo de conforto e pão imprescindível à sua condição de ser vivo.

Quantas ilusões se não architectam nesses momentos fugazes de contentamento!

Mas... o terrível reverso da medalha aparece para obscurecer, tumularmente, a réstea animadora de sol que embriagava as gentes.

Ao mesmo tempo que as atenções do mundo se concentravam no optimismo da alta política internacional, traduzido em notas e comunicados, um pequeno grupo daqueles que se não deixam anestesiar pelas primeiras palavras de concórdia reparava no paradoxo que representava a circunstância dos cenáculos proclamarem a paz e as nações, representadas nesses cenáculos, correrem, loucamente, para os armamentos, apetrechando-se sem saber porque, à espera do inimigo que se não sabe

donde vem — num espirito de desconfiança que torna impossiveis quaisquer tentativas de reconstrucção deste mundo catastróficamente abalado.

E que vêem finalmente essas dúzias de observadores atentos aos fenómenos?

Na Alemanha os officiais das antigas milicias germánicas que em 1914-18 julgaram natural a repetição das façanhas bárbaras do inicio da Meia Idade, agrupam mais de seis milhões de jovens místicos, ministrando-lhes, sob a férula duma disciplina forte, aqueles ensinamentos militares que completados com as instruções da Reichswehr, os transformarão em aguerridos soldados capazes de ofertar a vida para a glória e progresso da inequalável civilização teutónica.

Passemos à Itália. Pondo já de lado a tentativa imperialista da Abissínia, a Itália, obedecendo à afirmação ousada de Mussolini de que cada italiano deve ser ao mesmo tempo um trabalhador e um soldado, prepara-se, também, afanosamente para o que der e vier, embora sempre com os desejos exuberantemente manifestados de trabalhar pela causa sagrada da Paz Universal.

A preparação bélica nas milicias fascistas é de molde a lançar perturbante inquietude nos espiritos. O chamamento que Mussolini acaba de fazer às classes suplementares mostra bem os intuitos pacíficos do fascismo.

A França, a Polónia — todo o mundo segue as passadas do seu semelhante.

Como explicar portanto este permanente paradoxo da vida internacional?

A resposta a esta pergunta dava dezenas de artigos que se poderiam, no entanto resumir nestas poucas palavras: péssima organização social que na iminência de se desmoronar se agarra raivosamente às últimas tábuas de salvação.

Portanto a solução do problema inquietante do momento que atravessamos está bem patente.

A crise na Alemanha

Da interessante Revista Universal transcrevemos algumas passagens elucidativas

da crise que atravessa a Alemanha de hoje, entregue aos devaneios salvadores do seu impagável Führer:

«Quando se publicaram as estatísticas dos negócios de Novembro a Dezembro de 1934, os fascistas declararam que a diminuição da cifra dos negócios se explicava unicamente pela cessação das compras de acumulação dando lugar a um desenvolvimento normal que era necessário saudar com alegria. Neste sentido a imprensa nazista devia estalar de alegria, pois a cifra dos negócios continuou diminuindo em Janeiro e em Fevereiro.

As cifras que acaba de publicar o Instituto de Investigações Fascistas indicam a seguinte diminuição da cifra dos negócios, no comércio de retalho:

Novembro 1934.....	122
Dezembro 1934.....	113
Janeiro 1935.....	108
Fevereiro 1935.....	103

Isto demonstra, em primeiro lugar, que a cifra dos negócios cai de mês para mês e, em segundo lugar, que no mês de Fevereiro de 1935 é somente um terço por cem da do mesmo mês do ano anterior, mas somente sob o ponto de vista do valor.

Se se tem em conta que, desde o último ano, os preços aumentaram consideravelmente, resulta de isto que, sob o ponto de vista de quantidade das mercadorias, a cifra dos negócios, a pesar do aumento do número dos trabalhadores ocupados, é inferior ao do último ano.

Para os principais ramos de comércio, as cifras são as seguintes:

Novembro 1933:

Produtos alimentícios.....	104
Produtos têxteis.....	125
Móveis.....	125

Dezembro 1934:

Produtos alimentícios.....	103,4
Produtos têxteis.....	108,8
Móveis.....	120,8

Janeiro 1935:

Produtos alimentícios.....	105,3
Produtos têxteis.....	106,9
Móveis.....	102,9

Fevereiro 1935 :

Produtos alimenticios.....	106,5
Productos têxteis.....	98,8
Móveis.....	98,8

No grupo dos produtos alimenticios observa-se um aumento insignificante. Mas é necessário ter em conta que em Fevereiro houve pequenos aumentos de preços para alguns produtos alimenticios, e, por outro lado, em ligação com a estação da primavera, a cifra dos sem trabalho diminuiu no mês de Fevereiro em 200.000 pessoas. Muito especialmente grande é a diminuição da cifra dos negócios para os produtos têxteis. Sob o ponto de vista do valor, é já inferior à do ano de 1934 e no que respeita a qualidade de mercadorias vendidas é necessário ter em conta um aumento dos preços de 7,5 por 100 de há um ano a esta parte. O número dos clientes é 2 por 100 inferior ao do ano último.

As cifras que acabam de ser publicadas também sobre o número dos negócios nos grandes armazéns, não fazem mais do que carregar o quadro que apresenta o comércio de retalho. As vendas de produtos ali-

mentos diminuíram em 10,4 por 100 em relação ao último ano (em parte por causa da supressão dos bares e dos restaurants dos grandes armazéns).

E concluindo afirma o articulista da «Revista Universal» :

«Esta diminuição da cifra dos negócios devida às dificuldades económicas do regimen hitleriano e a sua politica de exploração das massas, influi por sua vez sobre a produção e sobre o grau de ocupação e contribui para agravar as dificuldades da ditadura hitleriana.

A baixa da cifra dos negócios manifesta o agravamento do nivel da vida dos trabalhadores. As familias dos trabalhadores sofrem mais fome e privações, e entre os camponeses trabalhadores e os pequenos comerciantes, cujos negócios diminuem, a miséria aumenta também. No que respeita aos comerciantes é necessario mencionar que enquanto que no mês de Março de 1934 houve 225 quebras, em Fevereiro de 1935 aumentou para 238 e em Março de 1935 subiu para 268.

A ditadura de Hitler é também a ruína das classes médias».



INSTITUTO DE CAVALLHO

A
D
M
I
R
E

E
S
T
E
S

D
E
N
T
E
S!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



CUSTA APENAS 3\$00

A que tem maior per-
centagem de elemen-
tos activos. Basta
uma pequena porção
para a perfeita lim-
peza e conservação
dos dentes.

A mais poderosa-
mente antiséptica.
A mais económica

BARROS & SANTOS

RUA DO CARMO, 70

Um esplêndido saldo de cerca de 5000 dúzias de lenços ingleses para homens e senhoras, vendidos agora por preços fora de toda a concorrência e com diferenças de 30 a 50 %

Alguns preços dos lenços que saldamos

Lenços brancos para senhora, meia dúzia	3\$50, um...	\$70
Lenços com ajour para senhora, meia dúzia	4\$00, um...	\$75
Lenços finos brancos, para senhora, meia dúzia.....	6\$00, um...	1\$20
Barras tecidas para senhora, meia dúzia.....	8\$00, um...	1\$60
Com fantasias para senhora, meia dúzia.....	9\$00, um...	1\$80
Finos, com barras para senhora, meia dúzia.....	10\$00, um...	2\$00
Ingleses brancos para homem, meia dúzia.....	5\$00, um...	\$90
Lenços ingleses de côr para homem, meia dúzia	5\$00, um...	1\$00
Com barra tecida, para homem, meia dúzia.....	10\$00, um...	2\$00
Finos, barra tecida, para homem, meia dúzia.....	15\$00, um...	3\$00
Com lindos desenhos, para homem, meia dúzia.....	18\$00, um...	3\$50
Finissimos com barras, meia dúzia.....	19\$50, um...	3\$90

COMPANHIA DE SEGUROS

« T A G U S »

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200.000\$00 — CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500.000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 4:000.000\$00

SÉDE NO SEU PRÉDIO
48-Rua do Comércio-56-LISBOA
Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua: SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

C. VINHAS L.^{DA}

Escritório e séde:

Rua dos Correeiros, 29, 2.^o
Teleg. TELHEPA — Telef. 2 0600

Armazém:

Rua do Açúcar, 105
— Telefone P. B. 32 —

Vinhos para exportação das melhores procedências

Cardial Fine — Finíssima aguardente velha, rivalizando com os melhores conhaques estrangeiros

OS ARMAZENS — GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
OS MAIS IMPORTANTES
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

Apresentam sempre

DISTRIBUIDOS **72 SECCÕES**
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

TOME NOTA:

Lacto Banacáo

O novo super-produto da Scipat

Lacto Banacáo não é mais
do que Banacáo e leite em
pó, dando um delicioso Ba-
nacáo, pelo simples adicio-
namento de água

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2.3818

Telegramas: APINO

Moedas e Notas Estrangeiras — Papéis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 — LISBOA

Companhias Reunidas

GAZ E ELECTRICIDADE

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO GAZ

Fornos para recozer

Fornos para temperar

Fornos para galvanizar

• • • • •

Orçamentos e montagens

R. da Boa Vista, 31 — LISBOA — Telef. 2 0011

SAPATARIA CONTENTE, L.^{DA}

Calçado de grande luxo

Calçado de praia

Calçado de sport

R. do Carmo, 74. Tel. 2 4871 — Av. da Liberdade, 120. Tel. 2 4872

António de Souza Vinagre

Corretor oficial
da bolsa de mercadorias de Lisboa

Recebe ordens de compra e venda
de mercadorias

74, RUA DE S. JULIÃO, 76

TELEFONE 2 4360

L I S B O A

A. D'ANDRADE & C.^A

== EXPORTAÇÃO - IMPORTAÇÃO ==

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado, fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras e resíduos metálicos. — Estamos sempre interessados na compra de oficinas completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions e navios para demolir. No próprio interesse de compradores ou vendedores dos artigos da nossa especialidade, agradecemos que consultem a nossa Casa antes de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas de metais provenientes de Africa

Rampa dos Marinheiros (Em frente da estação de Alcântara-Mar)

L I S B O A

Dirigir toda a correspondência ao Telef. 2 2497 — Apart. 168

MANNHEIMER V. G.

**Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições**

A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta

Largo Barão de Quintela, 11, 2.º — LISBOA

TELEFONES 2 3533 e 2 4464

Porto Covo & C.^a BANQUEIROS

**Correspondentes nas principais
praças do País e do Estrangeiro**

Efectuam-se tôdas as operações bancárias

Rua do Ouro, 175 a 191 — LISBOA

TELEFONES 2 4161-2 4162

Empreza da Fiação e Tecidos de Benfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE } Benfica } 320
 } P. B. X. } 321

Em breve será posto á venda
o novo livro do

Engenheiro CUNHA LEAL

Ruinas e Esperanças

Condições de assinatura

DE

Vida Contemporânea

3 meses	15\$00
6 meses.....	30\$00
1 ano	60\$00

E. E. de Souza & Silva, L.^{da}

CASA FUNDADA EM 1819

Gravura em todos os géneros, carimbos de metal e de borracha ; chapas esmaltadas em tôdas as côres ; chapas de metal ; selos em branco ; etiquetas ; alicates para selar a chumbo ; carimbos para marcar roupa ; anéis em aço e ouro, com monograma ; braços ; datadores ; numeradores ; caixas com tipo de borracha ; emblemas para sport e muitos artigos de novidade

Exposição permanente de lindos bordados da Madeira

**Variado sortimento de louças artísticas
da fábrica do Outeiro — ÁGUEDA**

Trabalho esmerado-garantido e preços sem competência

— A mais antiga casa de Portugal no género —

RUA DO OURO, 157

IMPRESA LUCAS & C.^a

CASA FUNDADA EM 1850

Composição e impressão

de Livros e Revistas - - - -

Trabalhos comerciais

em todos os géneros

R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 — LISBOA

TELEFONE 2 1469

PAVILHÃO PORTUGUÊS

PARQUE
MAYER

Cinema Sonoro
e
Variedades

AO AR LIVRE POR

1\$60

Com entrada
livre no

Parque e Pavilhão

Tôdas as noites

Programas novos

O recinto mais
elegante do

PARQUE
MAYER



O local mais aprazível de Lisboa

FIBRO CIMENTO NACIONAL

« LUSALITE »

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro anterior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 2 3948 e 2 8941 —

L I S B O A



A parte de leão no preço da luz
é absorvida pela energia
eléctrica

Durante a sua duração útil, uma lâmpada, consome, de corrente eléctrica, nove a dez vezes mais do que o valor do seu preço de custo

Representa, por isso mesmo, maior economia aquela que se faz poupando na energia eléctrica do que a que se pensa realizar comprando lâmpadas supostamente baratas

Estas lâmpadas dão, num mínimo 20% menos de luz que uma *Philips*, isto é: **quatro lâmpadas Philips** dão tanta luz como **cinco** das tais «baratas»

Usando *Philips*, economisa, em cinco lâmpadas, o consumo total de uma lâmpada

AS LÂMPADAS

PHILIPS

São fotométricamente experimentadas

Dão luz por cinco mas só gastam por quatro

